



GUIA PARA JORNALISTAS E COMUNICADORES
VIOLAÇÕES DE DIREITOS NA CIDADE OLÍMPICA



EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

Justiça Global

AUTORES

Daniela Fichino, Glaucia Marinho e Mario Campagnani

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Rachel Gepp

FOTOS CAPA

Agência Brasil, Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, Daniela Fichino, Henrique Zizo, Luiz Baltar, Mario Campagnani, Naldinho Lourenço, Rachel Gepp.

TRADUÇÕES

Espanhol: Cristina Otálora
Inglês: Marcella de Melo Silva

GRÁFICA

Walprint

TIRAGEM

2.500 exemplares

ANO

2016

EQUIPE JUSTIÇA GLOBAL

Alexandra Montgomery, Alice De Marchi, Ana Esther Santos, Antonio Neto, Cristiana Andrade, Daniela Fichino, David Ramos, Francisca Moura, Glaucia Marinho, Guilherme Pontes, Isabel Lima, Lena Azevedo, Lourdes Deloupy, Mario Campagnani, Monique Cruz, Melisanda Trentin, Raphaela Lopes, Raoni Dias, Sandra Carvalho.

WWW.GLOBAL.ORG.BR

Av. Beira Mar, 406, sala 1207
Rio de Janeiro, RJ – 20021-900

APOIO



SIGRID RAUSING TRUST



Este trabalho está licenciado
pela licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional



Existe uma Olimpíada que não passa nos belos e grandiosos comerciais de televisão. Escondida atrás dos outdoors das grandes marcas, fora da vista no cartão postal, essa Olimpíada traz consigo a dor de uma cidade inteira, dor gestada e vivida durante todos os anos de preparação para sediar o maior evento esportivo do planeta. As lágrimas, aqui, não vem da emoção da vitória, mas da perda da casa erguida com tanto esforço, da perda do local de origem, das tradições, do local de trabalho, da liberdade e da vida.

O período de preparação para os Jogos implicou em radicais mudanças no modo de viver e circular na cidade. Não se trata apenas da construção de grandes equipamentos olímpicos, ou da realização de obras de infraestrutura urbana, mas de toda uma concepção sobre projeto de cidade que foi posta em prática desde o anúncio da sede olímpica, em outubro de 2009. A cidade vestiria uma roupa nova, e neste processo transformou-se em um balcão de negócios em benefício das grandes construtoras, das empreiteiras, das empresas de transporte, do capital privado. O "legado" converteu-se no aprofundamento dos processos de segregação sócio-espacial, de controle e privatização do espaço público, de extermínio da população negra e pobre.

Queremos, com esse Guia, expor a miríade de violações de direitos que compõem a face menos evidente dos Jogos Olímpicos Rio 2016. São violações que afetam o meio ambiente e os modos de vida tradicionais, como ocorre nas Baías da Guanabara e de Sepetiba, ou na construção do campo de golfe olímpico. Afetam de maneira brutal o direito à moradia, promovendo a maior política de remoções forçadas da história da cidade, com mais de 77 mil pessoas removidas. Reatualizam políticas segregatórias e racistas de controle urbano, com a repressão e expulsão de

camelôs, o recolhimento compulsório de pessoas em situação de rua, o encarceramento em massa e o uso de efetivos das forças armadas em favelas e periferias.

Altera os modos de circulação da cidade, promovendo gastos bilionários para a construção de uma centralidade voltada à Barra da Tijuca, onde foram instalados os principais equipamentos olímpicos, em detrimento de projetos que favoreceriam a maior parte da população. Institui leis de exceção, voltadas à criminalização dos movimentos sociais, do trabalho informal, e à privatização dos espaços públicos. Nem mesmo os atletas, amantes e praticantes dos esportes foram poupados: complexos de treinamento, como o Parque Aquático Julio Dellamare, o Estádio de Atletismo Célio de Barros, ou o Estádio de Remo da Lagoa foram destruídos ou desativados.

A proposta deste Guia, certamente, não é dar conta de todas as arbitrariedades promovidas para a realização dos Jogos Olímpicos, mas sim ajudar comunicadores no contato com informações e fontes que não conseguirão pelos meios oficiais. Nossa organização estará também pronta para ajudar na busca por mais dados e entrevistados sobre outras questões ligadas a violações de direitos humanos. Que este guia ajude na percepção de que, como toda história, as Olimpíadas têm um outro lado.

Justiça Global

INFORMAÇÕES PARA IMPRENSA

JUSTIÇA GLOBAL

+ 55 21 25442320
contato@global.org.br

DANIELA FICHINO - ENGLISH

+ 55 21 981819303
daniela@global.org.br

MARIO CAMPAGNANI - ESPAÑOL

+ 55 21 998492025
mario@global.org.br

Por medidas de segurança e privacidade optamos por não colocar telefones pessoais na lista de contatos. Entretanto, gostaríamos de frisar que a assessoria de imprensa da Justiça Global está disponível para intermediar a comunicação telefônica com todas as fontes listadas neste guia, além de lideranças comunitárias e atingidos que não são citados nominalmente, mas são importantes atores na luta contra as violações.

QUEM SOMOS

A Justiça Global é uma organização não governamental que trabalha com a proteção e promoção dos direitos humanos e o fortalecimento da sociedade civil e da democracia. Fundada em 1999, nossas ações visam denunciar violações de direitos humanos; incidir nos processos de formulação de políticas públicas, baseadas nos direitos fundamentais e na equidade de gênero e raça; impulsionar o fortalecimento das instituições democráticas; e exigir a garantia de direitos para as vítimas de violações e defensoras/es de direitos humanos.

Na área de Violência Institucional e Segurança Pública, atuando no enfrentamento da violência policial, da militarização das cidades, do encarceramento em massa nos sistemas prisional e socioeducativo. No âmbito de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, lidamos especialmente com as violações cometidas por empresas transnacionais, os impactos gerados pela implementação de grandes projetos de desenvolvimento e conflitos por terra e território. Em Defensores de Direitos Humanos, o foco é na proteção de pessoas que atuam na linha de frente das mais diversas lutas, como a indígena, quilombola, trabalhadores rurais, por moradia, entre outras.



AGRADECIMENTOS

Este guia é o resultado da luta de muitos movimentos, coletivos, organizações e indivíduos que estão na linha de frente contra as violações causadas pelas Olimpíadas Rio 2016. Agradecemos especialmente aqueles que são citados como fontes nos artigos deste guia:

- ◊ Anistia Internacional Brasil
- ◊ Artigo 19
- ◊ Associação de Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR)
- ◊ Associação dos Usuários da Marina da Glória
- ◊ Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced)
- ◊ Campanha Baía Viva
- ◊ Campanha Nacional pelo Direito à Educação
- ◊ Comissão Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA)
- ◊ Comissão pela Reabertura do Julio Dellamare
- ◊ Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro
- ◊ Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro
- ◊ Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
- ◊ Edneida Freire
- ◊ Fase - Solidariedade e Educação
- ◊ Federação de Atletismo do Estado do Rio de Janeiro (FARJ)
- ◊ Federação de Remo do Estado do Rio de Janeiro
- ◊ Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
- ◊ Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro
- ◊ Igor Matela
- ◊ Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe/UFRJ)
- ◊ Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH)
- ◊ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)
- ◊ Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)
- ◊ Instituto Mais Democracia
- ◊ Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)
- ◊ Lucas Faulhaber
- ◊ Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura RJ
- ◊ Moradoras e Moradores da Vila Autódromo
- ◊ Movimento O Metrô Que O Rio Precisa
- ◊ Movimento Ocupa Golfe
- ◊ Movimento SOS Estádio de Remo
- ◊ Movimento Unido dos Camelôs
- ◊ Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)
- ◊ Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ)
- ◊ Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência
- ◊ Rede Rio Criança

ESPORTES_08

MORADIA_20

MEIO AMBIENTE_32

PORTO MARAVILHA_40

GASTOS PÚBLICOS_45

CONTROLE URBANO_49

MOBILIDADE URBANA_67

LEGISLAÇÃO DE EXCEÇÃO_78





ESPORTES



O ESTÁDIO MARACANÃ_09



**O ESTÁDIO DE ATLETISMO
CÉLIO DE BARROS_12**



**PARQUE AQUÁTICO JÚLIO
DELAMARE_14**



**LAGOA RODRIGO DE FREITAS
E O ESTÁDIO DE REMO_16**



A MARINA DA GLÓRIA_18

O ESTÁDIO MARACANÃ

Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio



Palco da abertura e do encerramento da Olimpíada, o Estádio do Maracanã faz parte de um complexo esportivo que sofreu um processo de desmantelamento durante os preparativos para os Jogos e para a Copa do Mundo de 2014. Atualmente, o estádio passa por uma grave crise financeira, na qual os atuais concessionários querem devolver o estádio ao governo estadual. Além disso, os dois principais espaços para o Atletismo e a Natação do Rio de Janeiro, o Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Julio Delamare, que também fazem parte do complexo, se encontram fechados desde 2013, obrigando atletas de ponta, iniciantes e demais praticantes das modalidades a buscarem outras cidades ou mesmo a deixar de treinar.

Estádio que passou por seguidas reformas nos últimos 15 anos, que consumiram em torno de R\$ 1,6 bilhão, o Maracanã foi concedido ao consórcio Maracanã S.A., formado pelas empresas Odebrecht, IMX e AEG, em maio de 2013, por um prazo de 35 anos. Para ganhar a disputa, o grupo ofereceu um valor de outorga (a ser pago ao Estado em troca da concessão) de R\$ 5,5 milhões anuais, pagos em 33 parcelas, totalizando R\$ 181,5 milhões. Além disso, investiria mais R\$ 594,162 milhões nas demolições do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare, além da Escola Municipal Friedenreich, que fica ao lado do Maracanã, e do Presídio

Evaristo de Moraes, a um quilômetro do complexo. No lugar dos equipamentos demolidos, o consórcio teria direito de construir estacionamentos e também um shopping center.

Os seguidos protestos que tomaram conta das ruas do Rio de Janeiro e do Brasil em 2013 e 2014, todavia, conseguiram barrar a derrubada do complexo esportivo. Os manifestantes denunciavam que a destruição (que era chamada de "investimento" na licitação) somente beneficiava as empresas ganhadoras, já que no lugar haveria empreendimentos privados. Além disso, o próprio valor pago pelo consórcio não cobria nem de perto todo o gasto público com o estádio. Mesmo considerando apenas a preparação da Copa (sem contar as reformas anteriores) foram consumidos R\$ 1,343 bilhão no estádio. Mesmo somando o valor que seria pago ao fim das 33 parcelas (R\$ 181,5 milhões) com os supostos investimentos no entorno (R\$594,16 milhões), chega a R\$ 775,6 milhões, quantia ainda longe do valor custeado pelo poder público. Por outro lado, segundo estudo de viabilidade do empreendimento, os lucros da concessionária poderiam chegar a R\$ 1,4 bilhão ao longo dos 35 anos.

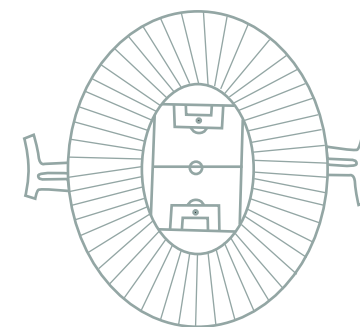
A situação é ainda mais complicada ao se saber que uma das empresas do consórcio Maracanã S.A., a IMX, foi também a autora do estudo de viabilidade da concessão que ela mesmo venceu. Já sua parceira Odebrecht trabalhou na reforma do estádio sendo essa também a mesma empresa que tem papel central nas denúncias de corrupção do governo federal, dentro da chamada Operação LavaJato. Atualmente, o exgovernador Sérgio Cabral está sendo investigado por supostamente ter recebido 5% do valor total do contrato de reforma do Maracanã para permitir que a construtora Andrade Gutierrez se associasse às empreiteiras Odebrecht e Delta no consórcio que disputaria a obra, em 2009.

As irregularidades no processo de concessão do estádio fizeram com que o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) entrassem com um processo judicial para suspender a privatização do Maracanã, em março de 2013. Porém, não conseguiram reverter o quadro. O pedido de renegociação do contrato e sua possível rescisão acontecem agora apenas porque, segundo o consórcio, ele não está sendo lucrativo.

Após a reforma e privatização do estádio em 2013, os ingressos para os jogos dispararam de uma média de R\$ 14 para R\$ 45; um efeito sentido em outros estádios reformados para

a Copa do Mundo. Mesmo com a disparada dos preços, o estádio registrou R\$ 77,2 milhões de prejuízo em 2014. Em 2013, a perda foi de R\$ 48,3 milhões. Os números totais de 2015 não foram divulgados, mas a previsão era de prejuízo de R\$ 57 milhões.

Em meio às perdas financeiras e sobre os protestos da população, o consórcio quer devolver o estádio ou renegociar o contrato, enquanto o Estado, por sua vez, não tem interesse de assumir o Maracanã. Uma solução pode ser que ele seja assumido por um clube de futebol. O Flamengo já afirmou publicamente que tem interesse em controlar o Maracanã. Por enquanto, porém, o destino daquele que já foi o maior estádio do mundo continua incerto.



**CUSTARIA R\$ 859 MILHÕES
CUSTOU R\$ 1,343 BILHÕES**

SAIBA MAIS

DOSSIÊ SOBRE AS VIOLAÇÃO AO DIREITO AO ESPORTE E À CIDADE

bit.ly/guia_violacoesdireitoaoesporte

.....
"CABRAL EXIGIU 5% DE PROPRIANA NAS OBRAS DO MARACANÃ, DIZEM DELADORES", REVISTA ÉPOCA, 10/05/2016 bit.ly/guia_maracana1

.....
"CONSÓRCIO MARACANÃ DIZ TER INICIADO NOVA NEGOCIAÇÃO COM GOVERNO DO RIO", JORNAL VALOR ECONÔMICO, 28/06/2016 bit.ly/guia_maracana2

.....
"UM ANO DEPOIS DA COPA, OITO DOS DOZE ESTÁDIOS DA COPA TEM PREJUÍZO", JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 12/06/2015 bit.ly/guia_maracana3

.....
"MP VÊ FAVORECIMENTO A EMPRESA DE EIKE EM PRIVATIZAÇÃO DO MARACANÃ", SITE UOL, 20/03/2013 bit.ly/guia_maracana4

.....
"TRIBUNAL DE CONTAS BLOQUEIA R\$ 198 MILHÕES POR IRREGULARIDADES NO MARACANÃ", UOL, 05/07/2016 bit.ly/guia_maracana5

CONTATOS

JUSTIÇA GLOBAL

+ 55 21 25442320

contato@global.org.br

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO

comitepopulario@gmail.com

O ESTÁDIO DE ATLETISMO CÉLIO BARROS

Tânia Régio / Agência Brasil



Única pista de treinamento de atletismo pública da Cidade do Rio de Janeiro, o Célio de Barros foi fechado em 9 de janeiro de 2013. Naquela data, atletas, treinadores e demais usuários chegaram ao espaço e encontraram os portões cerrados. Sem nenhum tipo de aviso prévio, eles descobriram que não poderiam mais utilizar o estádio, inaugurado em 1974 e uma das principais referências para o esporte em toda a América do Sul.

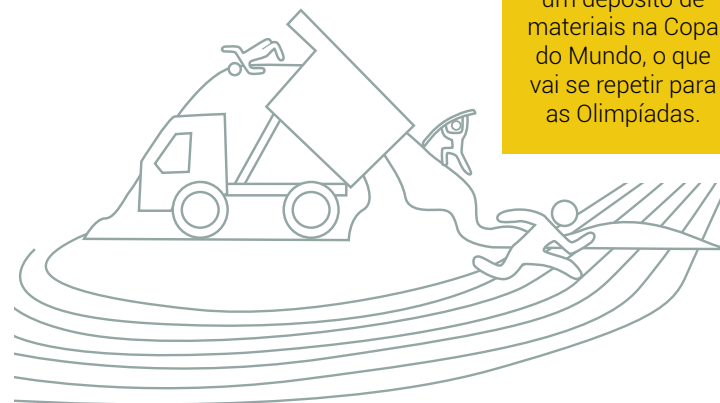
Com o fechamento, a maior parte dos atletas teve que buscar outra solução, seja sair do Rio ou mesmo utilizar o Estádio Olímpico do Rio, o Engenhão. Esse, por sua vez, nunca foi um estádio olímpico verdadeiramente, sendo usado quase exclusivamente para futebol, por estar sob o controle do time de futebol Botafogo (que restringia o uso do espaço para o atletismo). A situação ainda piorou com o fechamento do Engenhão em março de 2013, por problemas estruturais que o colocavam sob risco de cair problema que está sendo solucionado para as Olimpíadas, sendo que ninguém foi responsabilizado pelos erros estruturais no estádio.

Com o fechamento do Célio de Barros e do Engenhão, restou a alguns treinar nas ruas para não abandonar o esporte. A treinadora Edneida Freire tinha um projeto com mais de 300 alunos no estádio. Desde então, o número de alunos diminuiu

e ela teve que usar espaços como os de parques públicos para suas atividades.

Mesmo com o fechamento, a mobilização popular conseguiu impedir que o Célio de Barros fosse completamente destruído. Sua arquibancada continua de pé, mas sua pista se transformou em um depósito de materiais e em um estacionamento para o Maracanã durante a Copa do Mundo de 2014, o que vai se repetir para as Olimpíadas. Após seguidas promessas frustradas, o governo estadual afirmou, em setembro de 2015, que o estádio vai ser reformado e reaberto no primeiro semestre de 2017. Ele, contudo, já funciona desde junho de 2015 para outra atividade, a realização de eventos musicais, desde que seja pago um valor de aluguel.

Sua pista foi transformada em um depósito de materiais na Copa do Mundo, o que vai se repetir para as Olimpíadas.



SAIBA MAIS

DOSSIÊ SOBRE AS VIOLAÇÃO AO DIREITO AO ESPORTE E À CIDADE
bit.ly/guia_violacoesdireitoaoesporte

.....
"NOVO ESTÁDIO CÉLIO DE BARROS FICARÁ PRONTO EM 2017, DIZ SECRETÁRIO", GLOBO ESPORTE, 14/09/2015 bit.ly/guia_celiodebarros1

CONTATOS

EDNEIDA FREIRE, EX-TREINADORA DO CÉLIO DE BARROS
edneidafreire@yahoo.com.br

FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FARJ)
+ 55 21 25767690

PARQUE AQUÁTICO JÚLIO DELAMARE

Reprodução SporTV

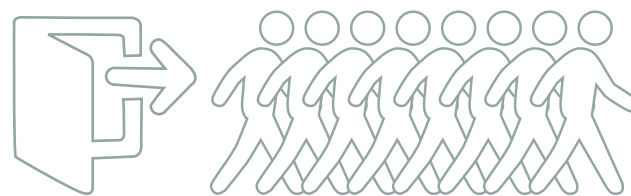


Centro de treinamento e competições aquáticas, além de espaço para aulas de natação e hidroginástica para a população, o Júlio Delamare havia passado por uma reforma de R\$ 10 milhões para ser utilizado nas competições do Jogos PanAmericanos de 2007. Com a privatização do Maracanã, também foi prevista sua derrubada em 2013, que acabou sendo barrada pela pressão popular nas ruas. De todo modo, o governo conseguiu fechar o espaço em maio de 2014, com a justificativa de que ele seria usado para instalações provisórias da Fifa durante a Copa do Mundo. Durante a preparação para o torneio de futebol, um guindaste derrubou a plataforma de saltos ornamentais. Sua piscina, mantida vazia, também ficou comprometida para voltar a ser usada.

O parque aquático era local de treinamento de, pelo menos, 40 atletas de alto rendimento que buscavam classificação para os Jogos Olímpicos e também de centenas de jovens esportistas. O caso dos praticantes dos saltos ornamentais foi ainda mais grave, pois todos foram transferidos para o Parque Aquático Maria Lenk, local das competições das Olimpíadas. A questão é que o novo espaço não tem centro de treinamento seco, que corresponde a 80% da preparação desses atletas, que foram obrigados a adaptar seus treinos ou a sair da cidade.

Ao contrário do que aconteceu com o Célio de Barros, houve uma esperança dos atletas de que o parque aquático estaria reaberto para os Jogos, pois havia sido anunciado que as competições de polo aquático ocorreriam no espaço. Todavia, a primeira modificação da programação oficial da Rio2016 foi justamente o abandono da proposta, em maio de 2015.

Fora da programação olímpica, sem ter sido derrubado, mas também fora dos interesses do Estado, o parque ficou com o futuro incerto até este ano. Em fevereiro, o governo do Estado do Rio de Janeiro cedeu a administração do Delamare à Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA). De acordo com o anunciado, o espaço passará por obras até julho, mas ainda não foi divulgada a data de reabertura. Para a natação da Cidade do Rio, contudo, os jogos já estão perdidos.



40

O parque aquático era local de treinamento de, pelo menos, 40 atletas de alto rendimento que buscavam classificação para os Jogos Olímpicos.



SAIBA MAIS

GOVERNO DO RIO ACERTA CESSÃO DO JULIO DELAMARE A CBDA, SITE DA CBDA, EM 24/02/2016 bit.ly/guia_juliodelamare

"CONFIRMADO, PARQUE AQUÁTICO DO MARACANÃ ESTÁ FORA DA RIO 2016", SITE UOL, 21/05/2015 bit.ly/guia_juliodelamare2



CONTATOS

COMISSÃO PELA REABERTURA DO JULIO DELAMARE

comissaopelejuliodelamare2014@gmail.com

CBDA - CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUÁTICOS

+ 55 21 25074016 / 25073143 / 25073195 / 25073415

LAGOA RODRIGO DE FREITAS E O ESTÁDIO DE REMO

Agência Brasil



Entre os esportes olímpicos, aqueles praticados na água talvez sejam os mais prejudicados durante toda a preparação. A questão da poluição ganha alto destaque, seja no caso da Baía de Guanabara (ver artigo sobre) ou na Lagoa Rodrigo de Freitas, espaço para realização das provas de canoagem, onde foram encontrados 1,7 bilhão de adenovírus por litro no extremo superior e 14 milhões no extremo inferior. Nas praias da Califórnia, o nível viral é de 1.000 por litro, segundo estudo encomendado pela Associated Press. Esse tipo de vírus é conhecido por causar doenças digestivas e respiratórias.

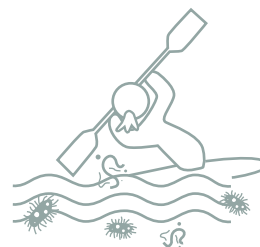
Águas poluídas, contudo, não são o único legado dos Jogos para os esportes aquáticos. A oportunidade de investir no esporte, com a criação de espaços de treino e uma nova geração de atletas, foi deixada de lado já durante a preparação. Na questão do remo, atletas e usuários se queixam que o principal local do esporte da cidade, o Estádio de Remo da Lagoa, continuará funcionando como um pequeno shopping center, com bares, restaurantes e cinema, após a Rio 2016, sem chance de voltar à sua função inicial.

Inaugurado nos anos 1950, o estádio foi entregue à iniciativa privada em 1997, sem licitação, por meio de um Termo de Permissão de Uso para a Glen Entertainments Ltda. Após diversos projetos que não saíram no papel, a Glen conseguiu tirar

do papel o do shopping, em 2005, que foi batizado de Lagoa. Para adequar o espaço aos propósitos da empresa, a antiga arquibancada foi demolida, dando lugar a uma 2/3 menor que a original. Além disso, os dois tanques de treinamento foram aterrados para virar estacionamento de veículos.

Quando, em 2009, a cidade foi escolhida para sediar os Jogos, houve a esperança de que a situação ia mudar. O documento "Rio 2016 Lagoa Rowing Stadium Sports Client Brief", enviado pelo Comitê Rio 2016 ao COI, afirmava que o estádio seria transformado em um complexo para treinamento e pesquisa, com instalações para educação, formação de gestores e treinadores, pesquisa científica e identificação de talentos, além de ser um centro de referência para atletas de toda a América Latina.

De todo o projeto sobrou apenas pequenas reformas para que o estádio tenha condições mínimas para os Jogos, como uma nova torre de arbitragem. Nem mesmo o centro de treinamento de remo, que é obrigatório para recepcionar atletas, ficará no estádio. Ele estará no Parque Olímpico, a 22 quilômetros da Lagoa Rodrigo de Freitas, denuncia o movimento SOS Estádio de Remo. Passadas as Olimpíadas, a previsão é de que o shopping center volte a funcionar.



1,7 BILHÕES DE
ADENOVÍRUS
POR LITRO

SAIBA MAIS

RIO 2016 LAGOA ROWING STADIUM SPORTS CLIENT BRIEF

http://bit.ly/guia_lagoa

DOSSIÊ SOBRE AS VIOLAÇÃO AO DIREITO AO ESPORTE E À CIDADE

bit.ly/guia_violacoesdireitoaoesporte

CONTATOS

MOVIMENTO SOS ESTÁDIO DE REMO - ALESSANDRO ZELESCO

azelesco@gmail.com

FEDERAÇÃO DE REMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

+ 55 21 22407769

A MARINA DA GLÓRIA

Beth Santos / PCRJ

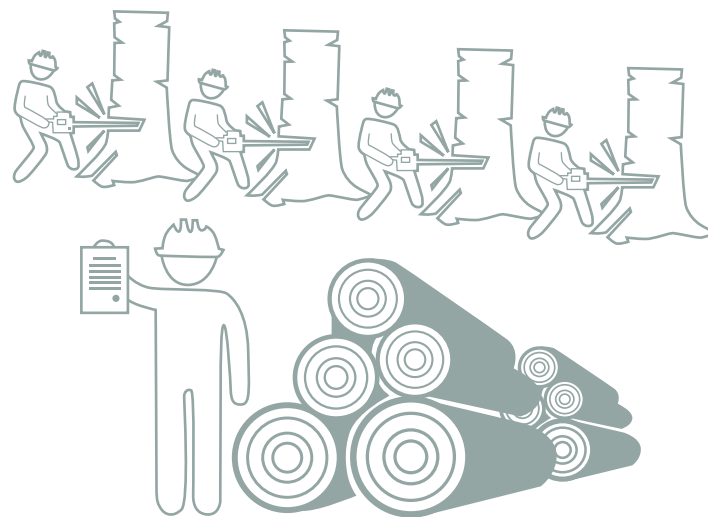


Local base para as competições olímpicas de iatismo, localizada às margens da Baía de Guanabara, a Marina da Glória tem alto nível de poluição, assim como toda a baía. E dentro da mesma lógica do que ocorreu com o Estádio de Remo da Lagoa, o espaço foi parar nas mãos da iniciativa privada, se tornando mais um local de eventos privados e de pier para barcos privados do que realmente uma espaço esportivo. Fundada em 1984 como parte do Parque do Flamengo, a Marina foi cedida em 1996 para a Empresa Brasileira de Terraplanagem e Engenharia S.A. (EBTE), quando começaram os primeiros interesses em mudar a função da área.

Em 1998, um projeto que previa transformar a marina em um shopping center, com restaurantes, garagem, centro de convenções, foi rejeitado pelo Instituto do Patrimônio Público Histórico e Artístico Nacional (Iphan), uma vez que a área, como todo Parque do Flamengo, é tombada. Isso não impediu que outras tentativas fossem feitas ao longo dos anos pelos demais donos do espaço a EBTE foi comprada pelo grupo EBX em 2009 e, em 2014, vendida à BR Marinas.

Esta última empresa, finalmente, conseguiu a autorização para fazer obras no local. Obras estas que levaram à derrubada de cerca de 300 árvores do Parque, assim como a realização de construções no terreno acima dos 10 metros de altu-

ra, desrespeitando as recomendações da Comissão Especial da Marina da Glória. Para os atletas e demais praticantes do esporte que não podem pagar para deixar o barco dentro da marina, não houve nenhum investimento e também perdas. A única rampa pública de acesso de barcos ao mar, a chamada rampa do Calabouço, foi fechada pela BR Marinas, que conta com a passividade do IPHAN e da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), apesar das denúncias seguidas de grupos como o Aterro Vivo, a Associação de Usuários da Marina da Glória e o Ocupa Marina.



300

A empresa que conseguiu a autorização para fazer obras derrubou cerca de 300 árvores do Parque.

SAIBA MAIS

DOSSIÊ SOBRE AS VIOLAÇÕES AO DIREITO AO ESPORTE E À CIDADE
bit.ly/guia_violacoesdireitoaoesporte

CONTATOS

ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DA MARINA DA GLÓRIA - ANTONIO GUEDES
quasar.rj.novo@gmail.com

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO
comitepopulario@gmail.com



MORADIA



MORADIA_21



VILA AUTÓDROMO_25



**MORRO DA PROVIDÊNCIA
E CENTRO_29**

MORADIA

Daniela Fichino / Justiça Global



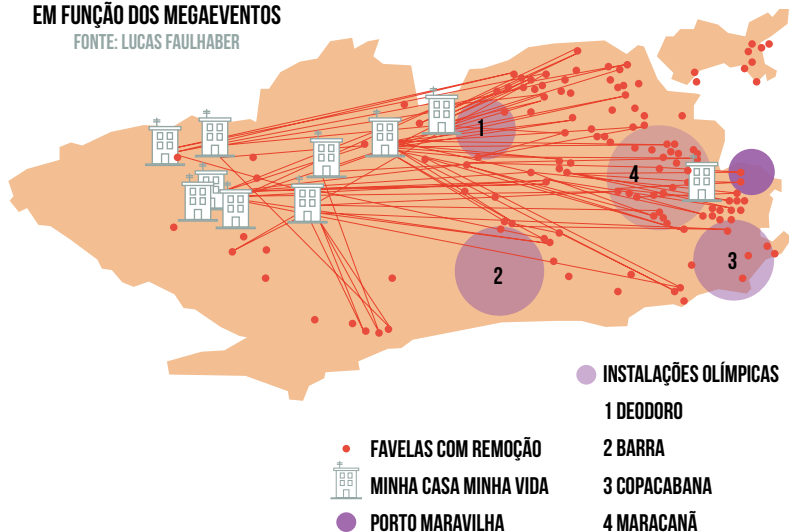
Desde a preparação para os jogos Panamericanos (2007), foi dado início ao maior processo de remoções da história do Rio de Janeiro. Em 2009, quando a cidade foi anunciada como sede das Olimpíadas, o processo se intensificou. Apenas entre 2009 e 2015, 77.206 pessoas foram removidas de suas casas pela Prefeitura, segundo os dados da própria administração pública.

As remoções seguem um padrão claro de expulsão de negros e pobres de áreas que passam por grandes valorizações imobiliárias e também estão incluídas nos projetos dos megaeventos. No livro "SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico" (Mórula Editorial), o arquiteto e pesquisador da UFRJ Lucas Faulhaber e a jornalista e pesquisadora da Justiça Global Lena Azevedo mostram em mapa como as remoções levaram moradores de áreas com melhor infraestrutura e mais valorizadas para regiões periféricas. Para completar o cenário, foram milhares de casas destruídas em uma cidade que tem um déficit habitacional de 220.774 unidades, segundo dados da Fundação João Pinheiro.

A Prefeitura do Rio utiliza diversos argumentos para justificar as remoções. Entre eles está o de que alguns moradores de favelas estariam em áreas de risco. Entretanto, além de não pensar em formas de garantir que as casas não fiquem sob risco, como com obras de contenções de encostas com

MAPA DAS FAVELAS REMOVIDAS OU AMEAÇADAS DE REMOÇÃO EM FUNÇÃO DOS MEGAEVENTOS

FONTES: LUCAS FAULHABER



risco de desabar, a prefeitura diversas vezes ignora que o reassentamento das famílias poderia ser feito na própria comunidade.

Dentro do contexto dos megaeventos, a realização de obras de intervenção urbana foi a principal justificativa para remoções. Isso é perceptível em casos emblemáticos como o da Favela Metrô Mangueira, removida por estar a menos de um quilômetro do Estádio do Maracanã, com a justificativa de fazer do local um estacionamento projeto nunca apresentado oficialmente pela Prefeitura do Rio.



Luiz Baltar

Além da proximidade de locais dos Jogos, outro motivo muito usado pela prefeitura para a remoção é a abertura de vias de transporte, conforme denuncia o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Em razão da construção da Transoeste, a Prefeitura deu início à remoção das comunidades da Restinga, Vila Harmonia e Vila Recreio II, localizadas no bairro do Recreio dos Bandeirantes, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Somadas, possuíam quase quinhentas famílias e já estavam instaladas nos locais há décadas.

No caso da Restinga, por exemplo, em 2010 os moradores receberam notificações da Prefeitura comunicando que seria dado início à implantação da Transoeste, e que tinham o prazo de cinco dias para desocupar o local. As casas residenciais tiveram direito a indenizações irrisórias, que cobriam apenas o custo do material de construção (sem avaliar o valor do terreno). Na época, os estabelecimentos comerciais foram derrubados sem nenhum tipo de ressarcimento.

No processo de remoção, a administração municipal adotou práticas para amedrontar os moradores. Agentes estatais passaram a realizar visitas frequentes às comunidades, ameaçando realizar remoções sem qualquer indenização, caso não aceitassem os termos apresentados pela prefeitura. Além disso, as casas eram marcadas a sigla SMH (de Secretaria Municipal de Habitação). As que recebiam a marca estavam condenadas à destruição pela prefeitura. Estas práticas foram adotadas na Vila Recreio II e na Vila Harmonia, por exemplo, como mostra o documento "Denúncia sobre remoções forçadas na cidade do Rio de Janeiro", do Conselho Popular.

A resistência dos moradores conseguiu frear ou interromper os processos de remoções. É o caso da Vila União de Curicica, na Zona Oeste do Rio, que teria 800 casas removidas para a construção da TransOlimpica, via expressa que liga o sistema de ônibus BRT à Barra da Tijuca e Deodoro, locais das competições. A luta dos moradores fez com que a prefeitura modificasse o trajeto da via. Em março de 2015, o Diário Oficial afirmava que 340 casas seriam demolidas, sendo que nunca foi apresentado o projeto do traçado da via, nem discutidas possibilidades de menos remoções. Para as casas que permaneceram na comunidade, nenhum plano de urbanização foi apresentado. Também é interessante ressaltar que, apesar de ter ocorrido por causa da construção da TransOlimpica, a prefeitura afirma publicamente que este processo em nada tem a ver com os Jogos.



SAIBA MAIS

LIVRO SMH 2016: REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO OLÍMPICO (Mórula Editorial)
http://www.morula.com.br/catalogo/smh2016/#_blank

DENÚNCIA SOBRE REMOÇÕES FORÇADAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO <http://brasil.indymedia.org/media/2011/02/486908.pdf>

DOSSIÊ SOBRE AS VIOLAÇÕES AO DIREITO À MORADIA NA VILA UNIÃO DE CURICICA
http://www.global.org.br/wpcontent/uploads/2016/03/DossieVilaUnio_Jan2015_b.pdf

SÉRIE CONTAGEM REGRESSIVA. EPISÓDIO "REMOÇÕES"
 (com legendas em inglês) bit.ly/guia_remocoes

DOSSIÊ "RIO 2016, OS JOGOS DA EXCLUSÃO", DO COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS
bit.ly/guia_comite

CONTATOS

"SMH 2016: REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO OLÍMPICO"

LUCAS FAULHABER - lucas.faulhaber@gmail.com

LENA AZEVEDO - lana@global.org.br

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (IPPUR/UFRJ)

comunicacao@observatoriodasmetrolopes.net

VILA AUTÓDROMO

Mario Campagnani / Justiça Global



A Vila Autódromo está localizada em um ponto privilegiado da Zona Oeste do Rio de Janeiro, região na qual, nos últimos 20 anos, houve um grande aumento do número de construções, acompanhado de altas nos preços dos terrenos e forte especulação imobiliária. Com os Jogos Olímpicos, o entorno da Vila Autódromo passou a sofrer de forma ainda mais voraz este processo de especulação imobiliária. No terreno contíguo ao da comunidade, está instalado o Parque Olímpico, obra bilionária pensada para ser o principal palco dos Jogos.

O anúncio da chegada deste novo vizinho trouxe medo e incerteza às cerca de 600 famílias que viviam na Vila Autódromo. Os contratos bilionários tem como partes interessadas alguns dos maiores empreiteiros do país, como Carlos Carvalho, único acionista à frente da empreiteira Carvalho Hosken (avaliada em R\$ 15 bilhões), que possui mais de 10 milhões de metros quadrados na Barra da Tijuca, bairro mais caro da Zona Oeste da cidade. Ele participa de obras no Parque Olímpico, ao lado das empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez, por meio de uma Parceria Público Privada (PPP). Pelo acordo, após as Olimpíadas, o consórcio construirá empreendimentos imobiliários de alto luxo na região ocupada pelo Parque, uma vez que parte das estruturas esportivas serão desmontadas após os Jogos.

A Vila Autódromo passou, então, a sofrer ameaças de remo-

ção. A Vila Autódromo surgiu como uma comunidade de pescadores nos anos 1960, quando a Zona Oeste era uma região praticamente rural. Ela ganhou seu nome por estar ao lado do Autódromo de Jacarepaguá, também conhecido como Nelson Piquet, que foi destruído para abrigar o Parque Olímpico. Com o crescimento da área e o surgimento de diversos empreendimentos imobiliários, as ameaças de remoção surgiram. Eram os anos 90, durante a administração do exprefeito César Maia e do seu então subprefeito para a região, Eduardo Paes, hoje prefeito da cidade desde 2008. Essa relação mostra como, há mais de 20 anos, o atual governante municipal está envolvido com a remoção da comunidade.

Após muita pressão dos moradores, Governo do Estado finalmente concedeu aos mesmos o uso da área por 99 anos, ainda nos anos 1990, durante a administração do governador Marcelo Alencar. Mais tarde, em 2005, a Câmara de Vereadores aprovou a lei complementar 74/2005, que transformou a comunidade em Área Especial de Interesse Social. São esses os documentos que, até hoje, os moradores utilizam na luta pela garantia do direito à moradia.

Além das garantias jurídicas pela permanência dos moradores, o próprio argumento de que eles precisam sair para que as obras do Parque Olímpico fossem realizadas caiu por terra desde 2012, quando foi apresentado o Plano Popular da Vila Autódromo, feito pelos moradores em parceria com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense.

O estudo ambiental da Faixa Marginal da Lagoa de Jacarepaguá, que fica ao mostrava que era perfeitamente possível urbanizar a comunidade, elencando diversas vantagens: era possível oferecer habitações de melhor qualidade e maiores dimensões de 58m² a 95m², conforme o tamanho da família contra 45m² a 62m² no projeto municipal de reassentamento; do ponto de vista ambiental, através de pequenos investimentos em drenagem e canalização, eliminando riscos e inundações, com recuperação lado da Vila (assim, somente 15% dos moradores teriam que sair de suas casas, sendo reassentados dentro da própria comunidade); preservando a comunidade, seus laços de sociabilidade, a proximidade aos locais de trabalho e educação. Os custos do Plano Popular seriam muito inferiores aos da remoção e reassentamento pretendidos pela Prefeitura, de apenas R\$ 13,53 milhões sendo que a prefeitura até agora gastou R\$ 204 milhões [2] de recursos públicos para

remover as casas da comunidade apenas para atender interesses privados.

Em 16 de agosto de 2012, o Prefeito recebeu um exemplar do Plano Popular da Vila Autódromo e se comprometeu a responder em 45 dias com uma análise técnica, mas não cumpriu a promessa. Este mesmo plano foi ganhador do Urban Age Award, prêmio internacional concedido pelo Deutsche Bank.

Apesar de todos os argumentos a favor da comunidade, a prefeitura lançou-se em uma campanha para removê-la de toda forma. Moradores relatam ameaças sofridas para que deixassem suas casas. Muitos acabaram cedendo e negociando. Outros, mesmo sem querer negociar, foram obrigados a aceitar decisões judiciais que deram o direito da prefeitura derrubar suas casas.



Foto vencedora do concurso Revelações Olímpicas, realizado pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíada do Rio de Janeiro.

Os que permaneceram se viram obrigados a morar ao lado de escombros, que logo se tornavam focos de mosquitos transmissores de doenças como dengue e zika. Além disso, serviços básicos de água e luz eram constantemente cortados por causa da destruição das casas.

Dessa forma, pouco a pouco a prefeitura foi retirando as famílias da Vila Autódromo. Porém, apesar de todas as tentativas de acabar totalmente com a comunidade, o prefeito Eduardo Paes foi obrigado a rever seu plano este ano. Com a proximidade dos Jogos, seria muito ruim para a imagem da cidade mostrar a destruição da Vila Autódromo ao lado do Parque Olímpico. Assim, em 8 de março, após destruir a casa de uma das lideranças da comunidade, a de Maria da Penha Macena, ele finalmente anunciou que ia fazer a urbanização da Vila.

A proposta, todavia, foi apresentada primeiro à imprensa, para depois ser mostrada aos moradores, que tiveram que aceitar o projeto da prefeitura, podendo apenas fazer sugestões de pequenas alterações. Assim, quando os Jogos começarem em agosto, possivelmente não haverá mais escombros, e sim as novas casas, que não devem somar mais de 30 sendo que a comunidade inicialmente tinha cerca de 600 famílias.

Para os moradores da Vila Autódromo, a permanência é uma grande vitória, que também é comemorada por toda a sociedade civil. É necessário, porém, ressaltar que, se ainda existem casas na Vila é por mérito dos moradores, especialmente porque todos esperam que a prefeitura faça uma grande propaganda sobre a construção das novas casas, tentando apagar todo o histórico de violações contra o direito à moradia da comunidade.

SAIBA MAIS

PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO bit.ly/guia_vilaautodromo1

DOSSIÊ "RIO 2016, OS JOGOS DA EXCLUSÃO", DO COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO bit.ly/guia_comite

CONTATOS

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO
comitepopulario@gmail.com

CONTATOS DE MORADORES DA VILA AUTÓDROMO PODEM SER OBTIDOS VIA JUSTIÇA GLOBAL
+ 55 21 25442320
contato@global.org.br

MORRO DA PROVIDÊNCIA E CENTRO

Daniela Fichino / Justiça Global



No centro intervenções promovidas pelo projeto de requalificação urbana da Zona Portuária (ver verbete Porto Maravilha) está o Morro da Providência. A área começou a ser ocupada entre o final do século XIX e o início do XX, recebendo inicialmente o nome de Morro da Favela. O primeiro nome ficou tão conhecido que até hoje é utilizado para nominar as ocupações informais em todo o Brasil.

As ameaças de remoções começaram em 2010, no mesmo ano em que foi implantada a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Morro da Providência. Logo depois da ocupação militar, a Prefeitura divulgou o plano de reurbanização da favela, que previa a remoção de mais de 800 famílias para uma série de intervenções. Dentre elas, a construção de dois teleféricos, um fazendo a conexão entre a Cidade do Samba, na Gamboa, e a Central do Brasil e o outro ligando Providência, Morro do Pinto, Morro do Livramento, Morro da Conceição, alcançando a Praça Mauá. Também foi prevista a criação de um plano inclinado, construção de praça do conhecimento, anfiteatro, restauração de casas e reassentamento em unidades habitacionais no entorno da favela, abertura de vias, entre outras ações.

A justificativa usada pela Prefeitura para a maioria dessas remoções, um total de 515 famílias, foi atribuída à situação de risco onde estavam localizadas parte das habitações, de acordo com

laudo da GeoRio (Fundação Instituto Geotécnica), da Prefeitura do Rio. No entanto, os moradores apresentaram um contralaudo mostrando que não havia justificativa técnica para retirar todo mundo.

O projeto havia sido anunciado sem participação popular. Nem sequer o plano de remoção e reassentamento foi apresentado aos moradores ameaçados. A Secretaria Municipal de Habitação (SMH) iniciou a marcação das casas, sem abrir qualquer canal de diálogo com os moradores.

Em 2012, a Defensoria Pública do Estado entrou com ação cautelar e conseguiu paralisar as obras. As demandas eram a apresentação do projeto para os moradores, o cronograma de obras e das remoções previstas, assim como a retirada de entulhos das casas já demolidas.

A mobilização dos moradores, durante 2013, conseguiu a paralisação definitiva das obras, porém, mais de uma centena de famílias já haviam sido removidas. A obra do teleférico que liga a Central, o Morro da Providência e a Cidade do Samba, mesmo sob protestos, foi concluída em 2013. A obra custou à prefeitura R\$75 milhões.

Os moradores do entorno do Morro da Providência também sofreram com o processo remoção e o assédio da Prefeitura. Na Rua do Livramento, segundo relatório do Fórum Comunitário do Porto, houve até casos até de agentes comunitários da SMH que abordam as famílias com crachás escondidos, sem documentação ou qualquer informação oficial das motivações do cadastramento ou ação de despejo.

As alternativas habitacionais dadas pela Prefeitura também eram insuficientes para a garantia das mesmas condições de vida, como reassentamento em conjunto habitacional do Minha Casa Minha Vida em Senador Camará, Zona Oeste do Rio de Janeiro (cerca de 40km de distancia da Rua do Livramento) ou aluguel social no valor de R\$ 400.

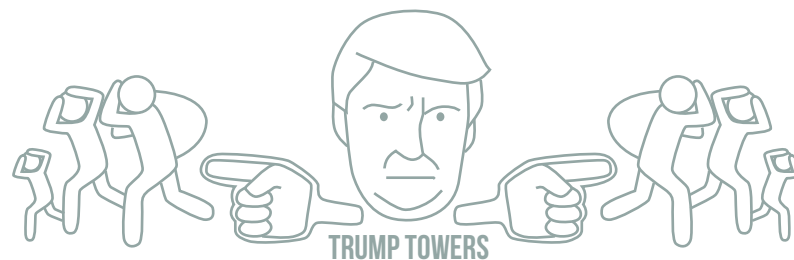
O processo de reestruturação urbana da Zona Portuária, aliado a outros planos de requalificação do centro da cidade, como o Lapa Legal, atingiu também as ocupações sem teto da região, deixando mais uma vez evidente seu caráter elitista e mercadológico, desalojando, assim, centenas de famílias.

Um caso emblemático nesse contexto é o da Ocupação Quilombo das Guerreiras, que reunia cerca de 50 famílias que vi-

viam desde 2006 em um imóvel abandonado pela Companhia Docas há mais de 20 anos.

Em 2012, o prefeito Eduardo Paes anunciou a construção de mega edifícios do empresário e candidato a presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, as Trump Towers, na Avenida Francisco Bicalho, que se tornariam "o maior centro corporativo do país". Os moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras souberam da notícia que as torres seriam construídas no seu endereço através da imprensa. Em 2013, o imóvel da Ocupação Quilombo das Guerreiras foi desapropriado.

Desde 2011, os moradores da ocupação já estavam inscritos em um projeto de reassentamento na Zona Portuária, chamado "Quilombo da Gamboa", com financiamento do extinto Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), mas, até hoje, seguem sem moradia definitiva.



SAIBA MAIS

RELATÓRIO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS E REIVINDICAÇÕES (FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO)
bit.ly/guia_RelatorioFCP

RELATÓRIO SOBRE AS VISITAS TÉCNICAS REALIZADAS NAS COMUNIDADES DO MORRO DA PROVIDÊNCIA E DA PEDRA LISA (MAURÍCIO CAMPOS DOS SANTOS E MARCOS DE FARIA ASEVEDO)
bit.ly/guia_contralaudo

CONTATOS

JUSTIÇA GLOBAL

+ 55 21 25442320

contato@global.org.br

FASE

+ 55 21 25367350

comunicacao@fase.org.br



MEIO AMBIENTE



BAÍA DE GUANABARA_33



COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO DA THYSSENKRUPP (TKCSA) E A BAÍA DE SEPETIBA_36



CAMPO DE GOLFE_38

BAÍA DE GUANABARA

Tomaz Silva / Agência Brasil



Na candidatura do Rio à sede da Olimpíada de 2016, o governo do Rio de Janeiro havia prometido tratar 80% do esgoto que é despejado na Baía de Guanabara, local das competições de vela, além de ser um dos mais importantes cartões postais da cidade. A promessa, todavia, logo foi frustrada pelo próprio governador do Estado do Rio de Janeiro Luiz Eduardo Pezão, que admitiu a impossibilidade da limpeza a tempo dos jogos. Estudo divulgado pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe-UFRJ), afirma que, no ritmo do projeto de limpeza, a despoluição somente ocorrerá em dez anos, ou seja, em 2026.

As águas da baía inclusive já afetaram atletas que competirão na Olimpíada. Os velejadores Erik Heil, da Alemanha, e Wonwoo Cho, da Coreia do Sul, tiveram problemas de saúde após velejarem na baía, em agosto de 2015. Heil passou por pequenas cirurgias, já na Alemanha, para tratar de uma infecção multirresistente que ele suspeita ter contraído devido à poluição no Rio de Janeiro. Cho foi internado ainda no Rio com febre, calafrios, vômito e desidratação, o que levou seu técnico, Danny, a culpar as águas em uma postagem numa rede social.

A pesquisadora Kristina Mena, uma especialista em viroses e professora associada de saúde pública na University of Texas

Health Science Center at Houston, fez um estudo a pedido da Associated Press sobre a qualidade das águas da baía e de outros locais de competição (como a Praia de Copacabana e a Lagoa Rodrigo de Freitas). De acordo com a pesquisa, atletas teriam 99% de chance de infecção ao ingerir apenas três colheres de chá da água, embora a probabilidade de uma pessoa ficar doente dependa da imunidade e de outros fatores.

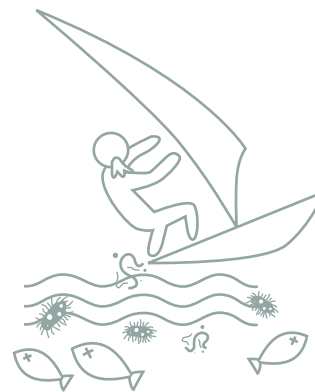
Se os atletas sentirão os efeitos da poluição durante os 15 dias de competição, há aqueles cuja vida depende da Baía de Guanabara e que estão se vendo cada vez mais sem esperanças. A poluição e seguidos desastres ambientais nas águas já levaram ao desaparecimento de 38 espécies de peixes na baía, como badejo, arraia e bagre amarelo, entre outras, afirma a Associação Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR), que compreende cerca de 4.200 pescadores da cidade do Rio e de outras em seu entorno, como Niterói, Duque de Caxias, São Gonçalo e Magé.

Os pescadores denunciam principalmente os impactos dos projetos ligados à indústria petroquímica na baía. Com a grande presença de embarcações desse setor, além da existência de grandes depósitos, refinarias, gasodutos e oleodutos, os pescadores foram cada vez mais perdendo espaço, com a criação de extensas áreas de exclusão da pesca. Além disso, vazamentos e limpezas feitas nas operações dessa indústria tem contaminado a água e levado à morte de milhares de peixes.

O trabalho de denúncia dos pescadores contra a indústria petroquímica logo gerou ataques e represálias, com o saldo de quatro pescadores ligados diretamente à luta da AHOMAR mortos. Paulo César dos Santos, tesoureiro da associação, foi espancado e assassinado com um tiro na cabeça diante de sua esposa e filhos, em maio de 2009. Em 2010, Márcio Amaro, outro fundador da AHOMAR, também foi morto em sua casa. Almir Nogueira de Amorim e João Luiz Telles Penetra foram encontrados na Baía de Guanabara em junho de 2012. As investigações preliminares da divisão de homicídios da Polícia Civil indicam que ambos foram amarrados antes de serem afogados. Até hoje os crimes não foram solucionados. O presidente da AHOMAR, Alexandre Anderson, escapou de pelo menos seis tentativas de assassinato, entrando no Programa de Proteção a Defensores Humanos do governo federal.

As ameaças, entretanto, não se restringem as que Alexandre recebe, com outros pescadores também sendo atingidos por

sua luta na Baía de Guanabara. Com a poluição da água se intensificando e com o avanço da indústria petroquímica, eles afirmam que a situação não tem melhoria à vista.



99%

De acordo com a pesquisa, atletas teriam 99% de chance de infecção ao ingerir apenas três colheres de chá da água.



SAIBA MAIS

VELEJADOR ALEMÃO PEGA 'INFECÇÃO MULTIRRESISTENTE' E CULPA BAÍA DE GUANABARA.
SITE UOL, DE 28/08/2016 http://bit.ly/guia_uolbaia

PESQUISA DA ASSOCIATED PRESS SOBRE A ÁGUA DA BAÍA bit.ly/guia_ap

"RIO DESCUMPRE TODAS AS METAS AMBIENTAIS PARA A OLIMPÍADA", FOLHA DE SÃO PAULO,
07/07/2016 bit.ly/guia_meioambiente

CONTATOS

AHOMAR - ASSOCIAÇÃO HOMENS E MULHERES DO MAR
ALEXANDRE ANDERSON
grupohomensdomar@gmail.com

CAMPANHA BAÍA VIVA - CARLOS BITTENCOURT
calucio2011@gmail.com

COPPE/UFRJ - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
+ 55 21 36223467 / 36223506

COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO DA THYSSENKRUPP (TKCSA) E A BAÍA DE SEPETIBA



PACS

Responsável pela emissão de 76% de dióxido de carbono (CO₂) da Cidade do Rio de Janeiro, a Companhia Siderúrgica do Atlântico da ThyssenKrupp (TKCSA) opera de forma ilegal desde sua inauguração, em agosto de 2010. Sem conseguir se enquadrar na legislação brasileira, a usina de processamento de aço funciona por meio de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado entre a empresa e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ). Esse termo já foi renovado três vezes, sendo a última em abril deste ano, uma vez que o empreendimento nunca conseguiu - e nem deve conseguir algum dia - se adequar às leis ambientais do país.

A usina da empresa alemã, que é a maior da América Latina, já havia sido recusada por outras cidades, como São Luís, capital do Maranhão, estado do Nordeste do Brasil. Ao chegar no Rio de Janeiro, o empreendimento logo se revelou desastroso para o meio ambiente e para a população de Santa Cruz, bairro da Zona Oeste do Rio (mesma região onde ficam a maior parte dos equipamentos das Olimpíadas). A inauguração foi em 18 de junho de 2010. No dia 7 de agosto de 2010, o jornal carioca Extra noticiava:

“Pó brilhoso assusta Santa Cruz – Moradores afirmam que vêm tendo problemas de saúde devido à siderúrgica”.

De acordo com denúncias dos moradores da região, a TKCSA expelle material de cor prata no processamento. Segundo a Secretaria de Estado de Ambiente do Rio de Janeiro (SEA/RJ) o material expelido pela companhia tem cádmio, chumbo, cobre, cromo, níquel e demais metais pesados que podem colocar em risco a saúde humana. Um estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) de 2010 mostrou a presença de 24 elementos químicos no ar de Santa Cruz que podem causar problemas diversos, desde reações alérgicas e transtornos cognitivos até câncer. A TKCSA por sua vez afirma que se trata apenas de pó de grafite.

Localizada às margens da Baía de Sepetiba, a TKCSA vem afetando também a vida dos pescadores e suas famílias. A principal via de acesso das embarcações dos pescadores à baía, o Canal de São Francisco, em Santa Cruz, teve sua passagem fechada pela empresa. De acordo com o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), cerca de oito mil pescadores artesanais e outros profissionais que viviam diretamente dessa economia local perderam emprego. Em comparação, a siderúrgica criou 5.500 vagas, segundo dados da própria ThyssenKrupp. Por todos esses danos causados pela TKCSA, estão em curso 238 ações civis individuais e mais uma Ação Civil Pública, todas elas patrocinadas pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

SAIBA MAIS

CAMPANHA PARE TKCSA <http://paretkcsa.org/>

PACS - INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL <http://www.pacs.org.br/>

RELATÓRIO DA FIOCRUZ SOBRE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA TKCSA bit.ly/guia_fiocruz

CONTATOS

PACS - INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL

+ 55 21 22102124

pacsinstituto@gmail.com

FIOCRUZ - ASSESSORIA DE IMPRENSA

+ 55 21 38851658 / 22705343

ccs@fiocruz.br



Alvo da especulação imobiliária, com novos empreendimentos surgindo a todo momento, a Barra da Tijuca, bairro na Zona Oeste do Rio, abrigará a maior parte dos equipamentos olímpicos, e é também o local escolhido para receber o campo de golfe dos Jogos. Sua construção está envolta em denúncias por violações ambientais. Construído em uma área de 970 mil metros quadrados de vegetação nativa, o campo faz parte, na verdade, de um empreendimento imobiliário. Junto com a autorização para sua construção, a Fiori Empreendimentos Imobiliários e sua parceira, a incorporadora e construtora Cyrela, receberam a permissão de erguer 22 prédios de 22 andares no mesmo terreno.

Para a construção do campo, anunciada em 2011, a Prefeitura do Rio utilizou uma licença ambiental que havia vencido em 20 de julho de 2009, explica o advogado Jean Carlos Novaes, do movimento Ocupa Golfe, que protesta contra a devastação do local. A permissão para a construção do campo e dos prédios veio por meio da última sessão de votação da Câmara de Vereadores do Rio em 2012. A autorização no apagar das luzes, todavia, despertou a atenção do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ), que denuncia a inconstitucionalidade da lei que autorizou a obra.

A construção do novo campo se torna ainda mais estranha

ao saber que o Rio já possui dois outros campos, sendo que um deles, o Itanhangá, foi considerado um dos 100 melhores do mundo pela revista Golf Digest, e inclusive tinha interesse em sediar a competição, mas não foi nem ao menos procurado pela Prefeitura do Rio. E o próprio Comitê Olímpico Internacional fez questão de declarar publicamente que em nenhum momento solicitou a construção de um novo campo na cidade. Em sabatina com estudantes universitários do Rio, em fevereiro de 2015, o presidente do COI, Thomas Bach, afirmou que "o prefeito pressionou muito pela construção desse campo. Tenho certeza que ele pensou muito antes de tomar a decisão de construí-lo".

Inaugurado no dia 22 de novembro de 2015, o campo custou R\$ 60 milhões, sendo inteiramente pago pela Fiori e pela Cyrela - que venderá os apartamentos mais baratos dos prédios por R\$ 5 milhões cada. O campo, que deveria ser teoricamente público, já caminha para um controle privado. A Confederação Brasileira de Golfe, que ficará responsável pelo local após a Olimpíadas, está em busca de parceiros privados que ajudem a custear os R\$ 500 mil mensais com a manutenção. As contrapartidas para esse investimento, todavia, ainda não estão claras, assim como o valor que será cobrado dos usuários do "espaço público".



970.000 (M²)

De vegetação nativa devastada.



SAIBA MAIS

EM CARTA, ITANHANGÁ GOLF CLUB REVELA QUE NÃO FOI PROCURADO PARA SEDIAR OLIMPÍADA 2016. ESPN, EM 20/12/2012 bit.ly/guia_campodegolfe

THE SOCIAL & ENVIRONMENTAL COSTS OF RIO'S OLYMPIC GOLF COURSE. RIO ON WATCH, EM 16/06/2016 bit.ly/guia_golfe



CONTATOS

MOVIMENTO OCUPA GOLFE - JEAN CARLOS NOVAES
jcnovaes.rio@gmail.com

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO
comitepopulario@gmail.com



PORTO MARAVILHA



PORTO MARAVILHA_41

PORTO MARAVILHA

Luiz Baltar



Após a escolha do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos, se intensificaram as políticas de valorização urbana e promoção turística da Zona Portuária. Na época, o projeto Porto Maravilha já havia sido lançado pelos governos federal, estadual e a prefeitura, mas a escolha do Rio como cidade sede fez acelerar o cronograma das obras.

O Porto Maravilha se alinha a outros projetos de reestruturação de áreas portuárias pelo mundo, como Barcelona, Londres e Nova Iorque. O potencial de renovação imobiliária é possível pela presença de grandes terrenos vazios e galpões ociosos.

O projeto, pensado para atrair turistas e investidores, desconsiderou as necessidades de quem já vivia naquele espaço, levando à elitização da área e modificando as dinâmicas de moradia, trabalho e sociabilidade, gerando inclusive um grande processo de remoções e despejos forçados (ver verbete Moradia). O projeto consiste na revitalização da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da região do Porto, uma área de cinco milhões de metros quadrados que abrange os bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo, além de parte do Centro, São Cristóvão e Cidade Nova.

Para viabilizar o projeto, foi instituída a Operação Urbana Consorciada (OUC) a partir da Lei Municipal nº 101/2009, que au-

toriza o Poder Executivo a modificar o Plano Diretor da cidade, conferindo respaldo legal à alteração da forma de apropriação do espaço urbano. Ela estabelece novas regras para a ocupação do solo e padrões urbanísticos na região, possibilitando a construção de imóveis acima do gabarito permitido pela legislação, através dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs).

O CEPAC é um título mobiliário emitido pelo município com o objetivo de captar recursos para serem aplicados em investimentos públicos, nesse caso financiar a OUC. É uma compensação que as empreiteiras pagam para construir edifícios maiores do que o permitido pela lei de zoneamento. O projeto Porto Maravilha prevê imóveis de até 50 andares. Assim, garante o aumento do lucro das construtoras, maximizando a utilização dos terrenos e, conseqüentemente, levando a descharacterizando do local.

No caso do Porto do Rio, apesar da grande publicidade em torno da venda dos títulos, houve apenas um interessado. Em 2011, o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, criado pela Caixa Econômica Federal (banco público) com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que é constituído de dinheiro recolhido dos salários dos trabalhadores arrematou em um só lote todos os CEPACs emitidos pela prefeitura, pelo valor de R\$ 3,5 bilhões. Cada um dos 6,4 milhões de certificados foi vendido por R\$ 545.

Os CEPACs adquiridos podem ser renegociados pela Caixa, que, segundo as regras do edital, tornou-se também responsável por todo investimento do projeto de requalificação urbana, calculado em R\$ 8 bilhões ao longo de 15 anos, ao sagrar-se vencedora do leilão.

O uso do dinheiro do FGTS para custear o projeto estão agora sob investigação da Procuradoria Geral da República (PGR). Uma delação premiada de Ricardo Pernambuco e Ricardo Pernambuco Júnior, da empreiteira Carioca Engenharia, mostrou que o presidente afastado da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha (PMDBRJ) cobrou propina da Carioca e de outras construtoras para liberar o dinheiro do fundo para as empresas. A PGR afirma que tem provas de que R\$ 52 milhões foram pagos em propinas divididas em 36 prestações, pagas em contas desconhecidas, na Suíça e em Israel.

Para completar, o investimento na compra dos CEPACs vem se mostrando um péssimo negócio para o fundo. Um relatório

publicado no Diário Oficial, em dezembro de 2015, aponta que, até então, só haviam sido comercializados 8,79% dos certificados. A Caixa ainda está com mais de 90% dos títulos, sem previsão alguma de que conseguirá vendê-los e recuperar o dinheiro dos trabalhadores.

Na Zona Portuária, diferente do que ocorre no resto da cidade, a execução das obras de requalificação urbana e os serviços públicos de conservação da infraestrutura, como limpeza urbana, coleta de lixo e operação de trânsito, são de responsabilidade da Concessionária Porto Novo, formada pelas empreiteiras Odebrecht, OAS e Carioca.

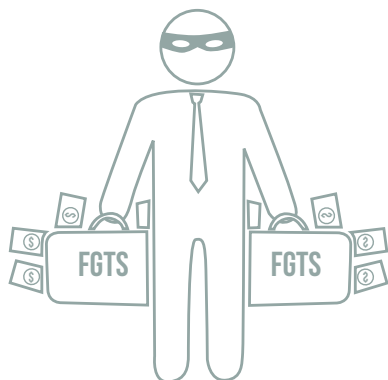
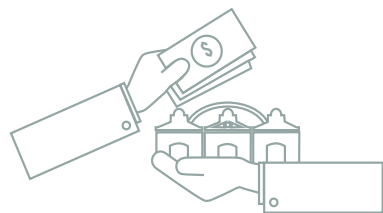
O consórcio foi contratado por meio de uma Concessão Administrativa, modalidade de Parceria Público Privada (PPP) em que a remuneração se dá por contraprestações públicas (aportes regulares de recursos do Poder Público). Neste caso, o dinheiro veio da venda dos CEPACs.

Dos R\$ 8 bilhões previstos para o projeto, R\$ 7,6 bilhões são o montante devido para a contratação das concessionárias em regime de PPP e R\$ 400 milhões são para a administração da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), empresa da prefeitura (de economia mista) criada para coordenar o processo de implantação do Porto Maravilha.

A população não teve a oportunidade de discutir nem o escopo do Projeto nem os motivos que levaram a Prefeitura ceder à iniciativa privada a administração dos serviços municipais na região.



Luiz Baltar



R\$3,5 BILHÕES

O Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, criado pela Caixa Econômica Federal (banco público) com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que é constituído de dinheiro recolhido dos salários dos trabalhadores arrematou em um só lote todos os CEPACs emitidos pela prefeitura, pelo valor de R\$ 3,5 bilhões.



GASTOS PÚBLICOS_46

SAIBA MAIS

“CAIXA É PROTAGONISTA DA REVITALIZAÇÃO DO PORTO MARAVILHA”, REVISTA EXAME, 21/07/2014 http://bit.ly/guia_portomaravilha1

“O MICO DOS CERTIFICADOS DO PORTO MARAVILHA”, JORNAL EXTRA, EM 10/12/2015 bit.ly/guia_portomaravilha2

“EDUARDO CUNHA COBROU R\$ 52 MILHÕES EM PROPINA PARA LIBERAR DINHEIRO DO FGTS”, REVISTA ÉPOCA, 16/12/2015 bit.ly/guia_portomaravilha3

CONTATOS

JUSTIÇA GLOBAL

+ 55 21 25442320
contato@global.org.br

FASE

+ 55 21 25367350
comunicacao@fase.org.br

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (IPPUR/UFRJ)

+ 55 21 39381950
comunicacao@observatoriodasmetroles.net

GASTOS PÚBLICOS

Tânia Rêgo / Agência Brasil



Os gastos públicos durante a Copa do Mundo foram duramente criticados no Brasil antes, durante e após a realização do evento. Os custos exagerados em construções e reformas de estádios, especialmente daqueles que viraram “elefantes brancos”, levaram a Prefeitura do Rio a buscar destacar sempre em seus argumentos que os Jogos Olímpicos estariam sendo pagos pela iniciativa privada, com poucos gastos públicos. A questão, todavia, se torna um pouco mais complexa quando se percebe o que é deixado dentro e fora da conta.

De acordo com Autoridade Pública Olímpica (APO), a última estimativa de custo dos Jogos Olímpicos no Rio é de R\$ 39,1 bilhões. Em 2009, quando o Rio de Janeiro apresentou candidatura para sediar os Jogos, a estimativa era que o evento custaria R\$ 28,8 bilhões (em valores da época, sem correção). Um levantamento do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, de setembro de 2015, mostra que 62,1% do gasto com os Jogos vem dos cofres públicos, um dado diferente da versão oficial do poder público, que afirma que 42,6% dos gastos vêm do setor público, e 57,4% do setor privado. A diferença é grande por uma série de motivos, em especial a doação de terrenos públicos para a iniciativa privada realizar obras, cujos valores são desconsiderados na conta feita pelo governo.

Além disso, existem os gastos com segurança pública, que

não estão nas contas nem da APO, nem do Comitê Popular. Para se ter uma ideia do quanto isso poderia pesar no orçamento, o Estado do Rio conseguiu um empréstimo de R\$ 2,9 bilhões do governo federal no mês de junho deste ano apenas para cobrir os gastos futuros que terá com a segurança durante os Jogos. Não se sabe ao certo quanto já foi gasto anteriormente.

Somente no caso do Parque Olímpico, o cálculo do Comitê Popular já mostrava que os 800 mil metros quadrados do terreno valiam cerca de R\$ 2,716 bilhões. É importante ressaltar que a área do parque será usada pelas empreiteiras responsáveis pela obra para a construção de prédios com apartamento de luxo após a realização do megaevento.

Outro ponto importante é perceber a má distribuição dos equipamentos esportivos pela cidade e conseqüentemente nos investimentos feitos em urbanização e transporte em nome dos Jogos. De acordo com a última versão da matriz de responsabilidade dos Jogos, 84,72% de todos os investimentos estão sendo feitos na Barra da Tijuca, bairro de elite que passa por um boom especulativo e de novos empreendimentos imobiliários.

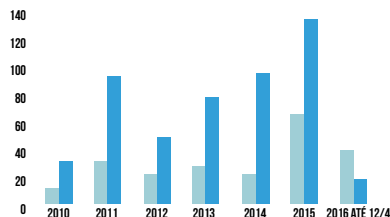
Outro gasto que subiu exponencialmente durante a administração do prefeito Eduardo Paes é o de publicidade. O portal de notícias RioOnWatch publicou um levantamento dos valores gastos com marketing desde quando ele assumiu a prefeitura e a cidade também foi escolhida para sediar as Olimpíadas, em 2009. Os dados do sistema municipal de administração financeira (Fincon) mostram que, de 2006 a 2009, a prefeitura gastou entre R\$100.000 e R\$800.000 por ano em “publicidade, propaganda e comunicação social”. Já em 2010 houve o salto para R\$ 29 milhões. No ano passado, chegase a R\$ 127 milhões.



Os gastos não apenas subiram como também superaram os valores orçados inicialmente. É importante ressaltar que boa parte desse dinheiro é gasto com a mídia tradicional do Rio de Janeiro, o que também afeta diretamente a forma como os meios de comunicação divulgam a imagem da cidade e os efeitos dos megaeventos.

**PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO:
PUBLICIDADE, PROPAGANDA
E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(R\$ MILHÕES)**

DESPEZA PREVISTA
DESPEZA EXECUTADA



ANO	DESPEZA PREVISTA	DESPEZA EXECUTADA
2005	1.693.493,00	1.947.460,64
2006	1.289.998,00	166.866,00
2007	3.822.790,00	781.821,87
2008	900.474,00	442.196,20
2009	590.044,00	642.406,44
2010	10.613.000,00	29.116.049,53
2011	30.206.550,00	88.268.922,23
2012	21.604.825,00	46.262.117,99
2013	25.629.996,00	73.917.745,34
2014	20.079.787,00	90.406.516,77
2015	62.480.287,00	127.281.841,04
2016 (ATÉ 12/4)	38.287.668,00	16.027.876,77

FONTES: FINCON (ACESSO EM 13/04/2016)

SAIBA MAIS

ESTUDO "OS PROPRIETÁRIOS DO BRASIL OS DONOS DO RIO" DO INSTITUTO MAIS DEMOCRACIA
proprietariosdobrasil.org.br/donosdorior/

PORTAL TRANSPARÊNCIA, DADOS DA MATRIZ DE RESPONSABILIDADES DOS JOGOS OLÍMPICOS
bit.ly/guia_matrizderesponsabilidades

"RIO DE GASTOS", PUBLICAÇÕES DO PACS SOBRE O ORÇAMENTO OLÍMPICO
bit.ly/guia_riodegastos

"RIO VAI GASTAR ATÉ R\$ 1 BILHÃO COM PARQUE OLÍMPICO APÓS OLIMPÍADA", DO UOL,
 08/07/2016 bit.ly/guia_gastos

CONTATOS

INSTITUTO MAIS DEMOCRACIA - JOÃO ROBERTO PINTO
joaoroberto1967@gmail.com

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL (PACS)
 + 55 21 22102124 |
pacsinstituto@gmail.com



CONTROLE URBANO



LETALIDADE POLICIAL_50



CONTROLE MILITAR DO TERRITÓRIO_54



CAMELÔS E GUARDA MUNICIPAL_59



RECOLHIMENTO COMPULSÓRIO_61



PRIVAÇÃO DE LIBERDADE_64



A lógica de guerra tem historicamente pautado o modelo de atuação das polícias brasileiras. São elas as forças policiais que mais matam no mundo, de acordo com a Anistia Internacional. Em 2014, 15,6% dos homicídios registrados no país tinham como autor um policial. No Brasil, a Constituição divide as forças policiais em três grupos: polícia federal, polícia civil e polícia militar. À primeira compete investigar crimes cometidos em detrimento de bens, serviços e interesses da União. As polícias civil e militar são estruturadas no âmbito dos estados federativos. Cabe à polícia civil a função de apuração e investigação, enquanto a polícia militar exerce o papel de força de policiamento ostensivo.

A polícia militar, como o nome indica, é definida na Constituição de 1988 como uma força auxiliar e reserva do Exército. Esta característica, em muito herdada do período da ditadura empresarialmilitar, implica na adoção da hierarquia de comando militar, de treinamento voltado para o combate, de um regimento normativo próprio para militares e de um regime próprio de jurisdição. É através desta arquitetura institucional que se assentam as práticas de guerra que estruturalmente pautam a lógica de policiamento aplicada no país, e na cidade do Rio de Janeiro em particular.

Em geral, os casos de homicídios praticados por policiais são

classificados administrativamente como "autos de resistência" ou seja, homicídios supostamente cometidos em situação de confronto, com o objetivo de "vencer a resistência" de supostos autores de crimes ou como legítima defesa. Embora se tratem de homicídios, os casos registrados como "autos de resistência" são classificados separadamente pela polícia por teoricamente se tratarem de mortes com "exclusão de ilicitude". Isto significa que o homicídio praticado pelo policial assume desde logo a presunção de que não é ilícito. Os efeitos desta presunção de legalidade da ação policial não se esgotam na mera classificação dos casos: as consequências serão verificáveis durante todo o tratamento conferido pelo sistema de justiça criminal. Raros são os casos em que os policiais chegam a ir a julgamento pelos homicídios praticados.

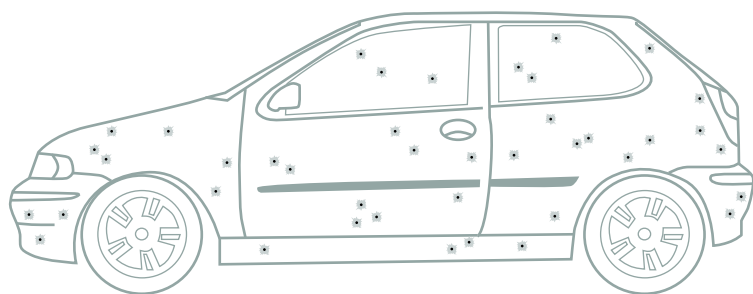
Pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU), da UFRJ, analisou o processamento de casos registrados como "autos de resistência" ao longo do sistema de justiça criminal. O estudo utilizou o ano de 2005 como referência, e verificou que as 707 vítimas de autos de resistência naquele ano resultaram em 510 registros de ocorrência. Estes registros culminaram na instalação de apenas 355 inquéritos, dos quais resultaram somente 19 processos criminais no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A partir do acompanhamento da tramitação dos casos, os pesquisadores puderam concluir que o número de inquéritos arquivados — ou seja, que esgotam a sua tramitação nas diligências policiais, sem nunca chegar à fase processual alcança a inacreditável cifra de 99,2%.

A letalidade da ação policial não opera de forma uniforme nos diferentes territórios da cidade do Rio de Janeiro. A distribuição geográfica dos homicídios praticados por policiais revela uma enorme concentração nas favelas e áreas periféricas. Jovens negros residentes nesses territórios são os alvos preferenciais da ação policial, revelando uma política de extermínio da população negra que se agrava no marco dos megaeventos. Em 2007, ano em que a cidade recebeu os Jogos Panamericanos, foram contabilizados a inacreditável cifra de 1330 autos de resistência no Estado, sendo 902 na capital, segundo os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), do Governo do Estado. Uma das operações policiais consideradas prioritárias para a segurança do evento foi realizada no Complexo do Alemão. O cerco policial envolveu um forte efetivo de agentes e teve início em maio, estendendo-se até julho. Em um único dia, 27 de junho, 19 pessoas foram assassinadas, episódio que ficou conhecido como a "Chacina do Pan".

Desde 2013, verificase ano a ano um crescimento do número de autos de resistência no Rio de Janeiro. Segundo o ISP, foram 416 autos de resistência registrados em todo o estado. Em 2014, ano da Copa do Mundo esse número cresceu para 584 autos de resistência, um aumento de 40% em relação a 2013. No ano de 2015 a conta aumenta ainda mais: foram 644 autos de resistência, um aumento de 10% em relação ao ano anterior.

E a situação já apresenta piora novamente este ano. Houve 40 homicídios decorrentes de ações policiais na cidade do Rio de Janeiro somente no mês de maio, um aumento de 135% em comparação com 2015, quando foram 17 mortos, segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP). De acordo com o levantamento, a situação se repete na escala estadual, com 84 mortos este ano, contra 44 no ano passado, um aumento de 90%.

Os números referem-se a dores bem concretas. As operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro intensificaram-se com a proximidade dos Jogos Olímpicos. Territórios como Maré, Complexo do Alemão, Acari, Mangueiros, Jacarezinho, dentre outros, passaram a registrar semanalmente episódios de intensos tiroteios e execuções. Dentre os casos emblemáticos ocorridos nos meses recentes, encontrase o assassinato de 5 jovens no último mês de novembro, em Costa Barros, na Zona Norte da cidade. Os rapazes foram alvejados por policiais do 41º batalhão quando voltavam de um passeio no Parque de Madureira. O carro onde estavam levou mais de 100 tiros. Vizinhos e familiares relataram que os policiais tentaram forjar um "auto de resistência", ou seja, um confronto e suposta resistência dos rapazes friamente executados, e colocaram uma arma embaixo da roda esquerda do carro.



111 TIROS

Os rapazes foram alvejados por policiais do 41º batalhão quando voltavam de um passeio no Parque de Madureira.

SAIBA MAIS

ONDE A POLÍCIA MATA? PROJETO DA JUSTIÇA GLOBAL DE MAPEAMENTO DOS HOMICÍDIOS PRATICADOS POR POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EM CASOS REGISTRADOS COMO "AUTOS DE RESISTÊNCIA" www.ondeapoliciamata.org

ONDE A POLÍCIA MATA: HOMICÍDIOS PRATICADOS POR POLICIAIS MILITARES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ARTIGO DA JUSTIÇA GLOBAL SOBRE OS HOMICÍDIOS PRATICADOS POR POLICIAIS MILITARES bit.ly/ondeapoliciamata

"VOCÊ MATOU MEU FILHO!": HOMICÍDIOS COMETIDOS PELA POLÍCIA MILITAR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. RELATÓRIO DA ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL, 2015 bit.ly/guia_letalidade1

"AMNESTY INTERNATIONAL RELEASES NEW GUIDE TO CURB EXCESSIVE USE OF FORCE BY POLICE", ANISTIA INTERNACIONAL, 2015 bit.ly/guia_letalidade2

NECVU NÚCLEO DE ESTUDOS DA CIDADANIA, CONFLITO E VIOLÊNCIA URBANA. "AUTOS DE RESISTÊNCIA": UMA ANÁLISE DOS HOMICÍDIOS COMETIDOS POR POLICIAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (20012011). UFRJ, 2011 bit.ly/guia_letalidade3

ALVARENGA FILHO, JOSÉ RODRIGUES DE. A "CHACINA DO PAN" E A PRODUÇÃO DE VIDAS DESCARTÁVEIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO UFF, 2010. bit.ly/guia_letalidade4

CONTATOS

JUSTIÇA GLOBAL
+ 55 21 25442320
contato@global.org.br

ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL - MARIANA OLIVEIRA
+ 55 21 31748627
imprensa@anistia.org.br

FÓRUM DE JUVENTUDES DO RIO DE JANEIRO
forumdejuventudesrj@gmail.com

REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA
+ 55 21 22102906
comunicacao.rede@gmail.com

NÚCLEO DE ESTUDOS DA CIDADANIA, CONFLITO E VIOLÊNCIA URBANA (NECVU), UFRJ
+ 55 21 38521754 / 22528035 ramal 405
necvu@ifcs.ufrj.br

CONTROLE MILITAR DO TERRITÓRIO

Naldinho Lourenço



Equipado com metralhadoras e lançamorteiros, o tanque de guerra aponta suas armas em direção à favela da Rocinha. A cena, registrada durante a Rio92, ilustra a capa do jornal Folha de São Paulo de 02 de junho de 1992, sob o título "Rio Sitiado". O forte esquema militar montado à época valeuse de mais de 17 mil agentes, além de um aparato bélico de frotas terrestres que tomou as ruas da cidade durante os dias de realização da conferência.

Esquemas deste tipo não são novos na cidade. Além da Rio 92, a cidade contou, em anos mais recentes, com grandes operações militares para receber os Jogos Panamericanos, a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo. O lastro de truculência e criminalização dessas ações tem se mostrado absolutamente brutal.

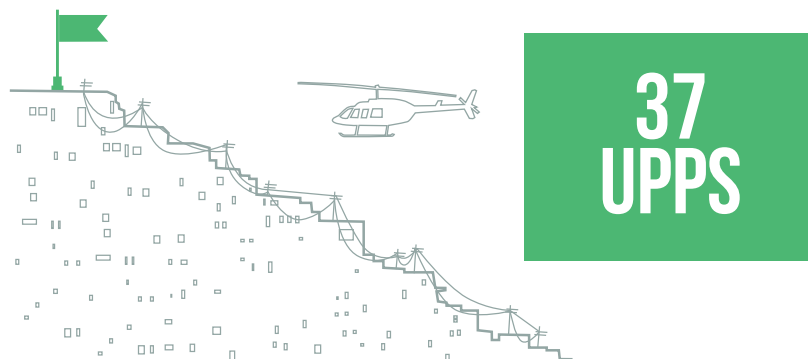
Nos dois meses que antecederam a realização dos Jogos Panamericanos, em 2007, deu-se início a um grande cerco policial ao Complexo do Alemão, conjunto de favelas localizado na zona norte na cidade. O ápice da operação foi no dia 27 de junho, quando o Complexo foi invadido por mais de 1300 policiais, três carros blindados ("caveirões"), um helicóptero e uma dezena de viaturas. Neste dia, 19 pessoas foram mortas pela polícia, episódio que ficou conhecido como a Chacina do Pan. No total, o cerco ao Complexo do

Alemão terminou com 44 pessoas mortas e 78 feridas.

No final de 2008, o governo do estado do Rio de Janeiro iniciou a implementação do programa das Unidades de Polícia Pacificadora. A experiência foi propagada como uma política de ocupação permanente de favelas da cidade pela polícia militar, com a missão, como o nome indica, de "pacificar" territórios onde haveria forte presença do crime organizado. Esta pretensão "pacificação" incluiria supostamente a adoção de um novo modelo de policiamento, pautado não pelo confronto, mas por uma polícia comunitária, de "proximidade". A experiência também propagava a ideia de melhoria e regularização da prestação de serviços públicos nessas áreas, como luz, saneamento, educação, saúde.

A primeira UPP foi instalada na favela Santa Marta, na Zona Sul, área nobre da cidade. No ano seguinte, em 2009, foram instaladas mais 4 UPPs, e em 2010 mais 7. Aos poucos, a configuração do projeto deixava claro que se tratava de uma iniciativa para criar um "cinturão de segurança" para a Copa do Mundo e as Olimpíadas, privilegiando as áreas turísticas, os corredores de acesso ao aeroporto internacional e aos bairros da cidade que receberam equipamentos olímpicos.

Atualmente, existem 37 UPPs implementadas na cidade, e uma na cidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. O programa contou com amplo apoio da mídia, que o promovia como a grande solução para a questão da segurança pública. Os problemas das UPPs, no entanto, foram se tornando mais e mais visíveis. A militarização do cotidiano nas favelas foi apenas a primeira faceta das falhas do programa. Submetidos à vigilância dos policiais, moradores passaram a ter as suas atividades rotineiras submetidas ao controle e autorização da polícia. Jovens sentiram de forma mais imediata e sensível as mudanças, seja pelo controle de suas atividades de lazer e pela criminalização da principal manifestação cultural das favelas cariocas, o funk, seja pelas agressivas abordagens e revistas rotineiras a que passaram a ser submetidos.



Aos poucos, a rotina de tiroteios voltou a surgir. Um levantamento feito pelo jornal Extra revelou que apenas no mês de março deste ano foram registrados 112 tiroteios em favelas com UPP, onde foram disparados pelo menos 3.693 tiros pela polícia. Uma média de um a cada 12 minutos. As recorrentes violações de direitos humanos cometidas pelos policiais das UPPs mostrou que não se tratava da implementação de uma nova cultura ou forma de policiamento, mas a reatualização das antigas práticas de confronto. Estupros, execuções sumárias, desaparecimentos forçados, torturas passaram a ser constantemente relatados.

O episódio mais emblemático deste quadro foi o sequestro, tortura e assassinato de Amarildo Dias de Souza. Amarildo desapareceu no dia 14 de julho de 2013, após ser abordado por policiais perto de sua casa, na favela da Rocinha, e levado até a sede da UPP. As câmeras que poderiam ter registrado a sua saída do prédio supostamente falharam bem neste momento, e Amarildo foi então dado como desaparecido. A imensa repercussão do caso, bem no auge das grandes manifestações populares de 2013, fez com que 25 policiais lotados na UPP da Rocinha fossem investigados, levando à condenação de 12 entre eles, o então comandante da Unidade, major Edson Santos.

Outras experiências de controle militar dos territórios ocorreram no período de preparação da cidade para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Em 2010, as forças armadas invadiram o Complexo do Alemão, com um forte aparato militar. A ação teve ampla cobertura da mídia nacional e internacional. O exército permaneceu no Complexo até 2012, quando foram implementadas quatro UPPs.

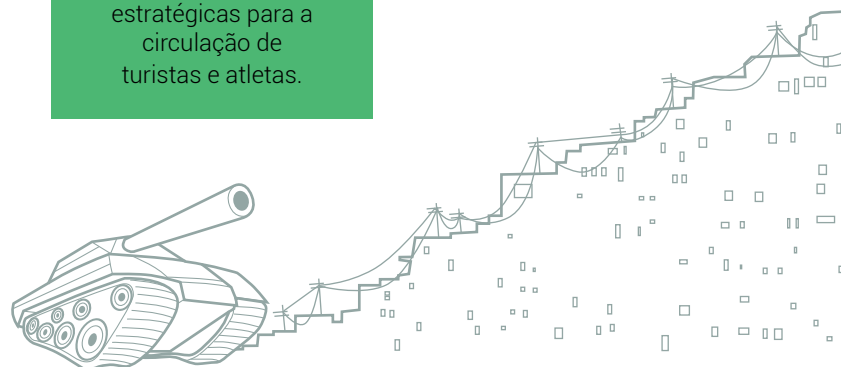
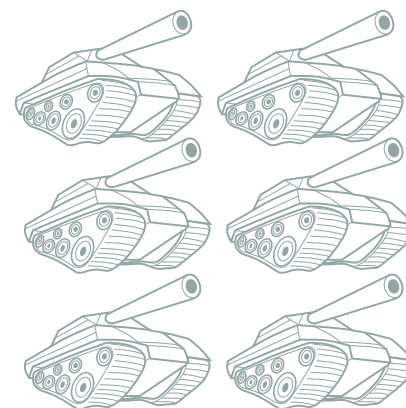
Em abril de 2014, o exército invadiu o conjunto de favelas da Maré, poucos meses antes da realização da Copa do Mundo. Tropas fortemente armadas e tanques de guerra permaneceram na favela até junho de 2015, deixando um rastro de violações de direitos. A ação envolvia cerca de 3.000 militares, entre soldados do exército e da marinha. Muitos haviam sido recrutados a partir da experiência do uso das Forças Armadas brasileiras no Haiti, o que revela um tipo de laboratório social dos militares de práticas de controle urbano. Entre os casos de violência registrados na Maré durante a ocupação do exército, está a brutal abordagem feita por militares a um grupo de jovens que voltava de carro para a favela, após assistir a um jogo de futebol. O carro foi alvejado por tiros, por supostamente não ter parado em uma blitz dos militares. Vitor Santiago, jovem

negro morador da favela, era um dos ocupantes do veículo. Ele levou dois tiros de fuzil, teve uma perna amputada, e encontrase em estado de paraplegia.

Outra arbitrariedade também cometida durante o período de permanência das forças armadas nas favelas da cidade diz respeito ao processo criminal movido na justiça militar contra moradores dessas localidades. Passados mais de 30 anos do fim da ditadura empresarialmilitar, civis ainda são julgados em uma justiça especial, em geral por oficiais, em virtude de supostos crimes cometidos contra militares, sobretudo por desacato e desobediência. Um levantamento realizado pela Justiça Global encontrou 25 processos no Superior Tribunal Militar relativos ao período em que o Exército ocupou os complexos do Alemão e da Penha entre 2010 e 2012. Todos resultaram em condenação. Na Maré, durante o período de ocupação militar, foram localizados 42 civis respondendo a 39 processos. São casos que em geral se relacionam a um processo de resistência e denúncia das próprias violações cometidas pelos militares, e acabam por tornar o morador réu por desacato.

06

Durante a realização das Olimpíadas, o Exército deve voltar a ocupar favelas da cidade. Foi divulgado pela imprensa que seis favelas deverão ser invadidas pelas forças armadas, em regiões consideradas estratégicas para a circulação de turistas e atletas.



SAIBA MAIS

“CIDADE SITIADA” RIO 92, FOLHA DE SÃO PAULO, 02/06/1992
bit.ly/guia_territorio1

A “CHACINA DO PAN” E A PRODUÇÃO DE VIDAS DESCARTÁVEIS, REVISTA DE PSICOLOGIA, 2016
bit.ly/guia_territorio2

“NOVA UPP NO RIO DE JANEIRO FECHA O CINTURÃO DE SEGURANÇA NA ZONA SUL”, 61,
03/06/2013 bit.ly/guia_territorio3

BOPE OCUPA MORRO DA MANGUEIRA PARA FECHAR CINTURÃO DE SEGURANÇA NA GRANDE
TIJUCA, UOL, 19/06/2011 bit.ly/guia_territorio4

“CASO AMARILDO: JUÍZA CONDENA 12 DOS 25 POLICIAIS MILITARES ACUSADOS”, 61,
01/02/2016 bit.ly/guia_territorio5

“JUSTIÇA MILITAR CONDENA CIDADÃOS NO RIO SEM DIREITO DE DEFESA”, O DIA, 05/07/2015
bit.ly/guia_territorio6

“EXÉRCITO DEVE OCUPAR SEIS FAVELAS DURANTE A OLIMPÍADA NO RIO EM AGOSTO”, FOLHA
DE SÃO PAULO, 13/05/2016 bit.ly/guia_territorio7

CONTATOS

JUSTIÇA GLOBAL

+ 55 21 25442320
contato@global.org.br

ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL - MARIANA OLIVEIRA

+ 55 21 31748627
imprensa@anistia.org.br

FÓRUM DE JUVENTUDES DO RIO DE JANEIRO

forumdejuventudesrj@gmail.com

REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA

+ 55 21 22102906
comunicacao.rede@gmail.com

CAMELÔS E GUARDA MUNICIPAL

Rio On Watch



Dentro da política de ordenamento urbano para os Jogos, a limpeza social das ruas foi um ponto central para a Prefeitura. Além da perseguição à população em situação de rua, um dos alvos principais foram os vendedores ambulantes, os camelôs. Em 2009, mesmo ano em que a cidade foi escolhida sede dos Jogos, a administração de Eduardo Paes realizou uma suposta organização dos trabalhadores informais na qual quatro mil trabalhadores foram recadastrados e 14.400 cadastrados. Todavia, segundo o Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), a cidade tem cerca de 35 mil ambulantes fixos com ou sem autorização, além de cerca de 25 mil que trabalham de forma itinerante.

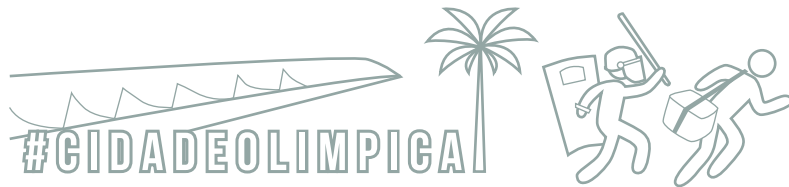
Os números, assim, se mostram bem discrepantes, levando a um confronto direto entre os trabalhadores e a prefeitura. Por meio de uma operação chamada “Choque de Ordem”, iniciada em setembro de 2009, houve uma perseguição sistemática aos ambulantes. Para isso, a administração pública também lançou novas leis que tiram o direito dos trabalhadores. Por exemplo, o tradicional trabalho dos ambulantes no entorno dos estádios de futebol especialmente do Maracanã foi proibido em um raio de dois quilômetros.

Com necessidade de continuar trabalhando para sobreviver, muitos vendedores se arriscam em continuar a vender em

locais proibidos. Em alguns casos, essa resistência levou até mesmo à morte, como ocorreu com o camelô Isaiás Teixeira, de 22 anos. Em outubro de 2014 poucos meses após a Copa do Mundo, o vendedor foi atropelado na Avenida Radial Oeste, em frente ao estádio, ao tentar fugir da repressão. Revoltado, um grupo de pessoas atacou a pedradas a sede da Unidade de Ordem Pública (UOP) da Guarda Municipal, que também fica ao lado do estádio, e viaturas da corporação. Janelas e quatro veículos foram danificados.

Responsável diretamente pela repressão aos camelôs, a Guarda Municipal também vem ganhando cada vez mais um caráter militar na cidade. Criada para cuidar do patrimônio público, a guarda é usada contra os trabalhadores, agindo de forma violenta em diversos casos. E a situação ainda pode piorar, já que desde 2014 a Lei 13.022 permite que as guardas de todas as cidades tenham porte de armas letais, assumindo ainda mais seu caráter policial. Todavia, esta medida ainda não está sendo implementada no Rio de Janeiro, onde a guarda municipal utiliza armas menos letais.

É também a guarda que acaba sendo usada pela Prefeitura no processo de remoção de comunidades pobres. Eles atacam diretamente os moradores para garantir a desocupação dos imóveis que serão derrubados, como é o caso da Vila Autódromo, tratado em outro verbete deste guia.



SAIBA MAIS

DOSSIÊ DOS CAMELÔS DO RIO DE JANEIRO, DO COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS
bit.ly/guia_camelos

LEI 13.022 DE 2014 bit.ly/guia_leicamelos

"AO FUGIR DE FISCALIZAÇÃO NO ENTORNO DO MARACANÃ, AMBULANTE MORRE ATROPELADO", O GLOBO, EM 22/10/2014 bit.ly/guia_mortecamelo

CONTATOS

MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS - HERTZ LEAL
hertzleal@hotmail.com

RECOLHIMENTO COMPULSÓRIO

Rachel Gepp



O atual prefeito da cidade, Eduardo Paes, tem feito o recolhimento compulsório da população em situação de rua, dentro de suas ações de ordenamento urbano, batizadas de operação choque de ordem. Atuando especialmente nas áreas mais valorizadas da cidade, como o Centro e a Zona Sul, equipes da prefeitura recolhem moradores de forma violenta e forçada, com uso de armas letais e menos letais (como as de choque). Mesmo sem cometer qualquer crime, essas pessoas são levadas para um abrigo público, distante do centro urbano, algumas vezes com o uso de algemas.

Essa ação foi denunciada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), que entrou com uma ação civil pública em abril de 2013, pedindo a perda de função pública e suspensão por cinco anos dos direitos políticos do prefeito Eduardo Paes e do secretário de governo, Rodrigo Bethlem, em razão do recolhimento compulsório, que descumpre princípios constitucionais. Além disso, a promotoria pedia pagamento de multa de até 100 vezes o valor da remuneração dos dois.

Na ação, o promotor Rogério Pacheco Alves, da 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania, denunciava que o abrigo municipal, em Paciência, na Zona Oeste do Rio, era "um verdadeiro depósito superlotado e infecto de seres humanos, ali tratados de forma desumana e humilhante". Apesar de a

violação de direitos ser clara, o prefeito, também em 2013, foi a público defender a medida: "Vamos continuar com a internação", afirmou Eduardo Paes ao site de notícias UOL.

A situação não se restringe aos adultos. A Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), a Justiça Global, o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro e a Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Defensoria Pública do Estado entregaram, em fevereiro deste ano, uma denúncia ao Comitê sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre o recolhimento compulsório e segregação de crianças e adolescentes pobres e negros no Rio de Janeiro, no contexto dos Jogos Olímpicos de 2016.

O texto lembra que as operações de higienização foram ampliadas exatamente por causa da realização dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo, em 2014, e a Copa das Confederações, em 2013. "Durante todo esse período, incluso o atual momento de preparação para a recepção dos Jogos Olímpicos de 2016 em agosto deste ano, o recolhimento compulsório de meninas e meninos em situação de rua tem sido frequentes. Essas ações estabelecidas arbitrariamente pelo governo estadual e municipal vêm contrariando não apenas as políticas públicas já estabelecidas para o acolhimento de jovens, como a legislação infraconstitucional, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, como a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), aprovada pela Assembleia Geral da ONU", destaca trecho do documento.

A situação se agrava ainda mais com ações recentes como a criação do programa de vigilância "Segurança Presente" num sistema de parceria público-privado. A Federação do Comércio (Fecomercio) do Rio de Janeiro possui agora um convênio no qual paga ao governo do Estado do Rio R\$ 44 milhões para a realização de policiamento de três regiões do Rio de Janeiro (Aterro do Flamengo, Lagoa e Méier) durante dois anos. Nessa parceria, além de policiais militares, são utilizados policiais militares da reserva, aposentados e jovens recém-saídos das Forças Armadas.

As equipes são formadas por dois policiais militares e um agente que atua em caráter civil, que podem utilizar armas de fogo, gás de pimenta e armas de choque, enchendo as delegacias e Conselhos Tutelares com crianças e adolescentes pobres e da periferia que circulam na cidade sem documentos

e dinheiro para as passagens, sem que houvesse qualquer situação de prática de ato infracional. As práticas relatadas violam os direitos de crianças pelo Estado, principalmente os artigos da Convenção da Criança e Recomendações Adotadas pelo Comitê da Criança das Nações Unidas.

77%

Somente o Centro e a Zona Sul, áreas mais valorizadas da cidade, correspondem a 77% de todos os recolhimentos da cidade, segundo denúncia do MP.



SAIBA MAIS

OPERAÇÃO SEGURANÇA PRESENTE, SITE DA FECOMERCIO bit.ly/guia_fecomercio

"OPERAÇÃO POLICIAL FINANCIADA POR EMPRESÁRIOS CARIOCAS MIRA MORADORES DE RUA", DA AGÊNCIA PÚBLICA, EM 19/02/2016 bit.ly/guia_seguracapresente

CARTA PARA A ONU SOBRE RECOLHIMENTO COMPULSÓRIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES http://bit.ly/guia_cartaparaonu

CONTATOS

JUSTIÇA GLOBAL

+ 55 21 25442320

contato@global.org.br

ANCED - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

+ 55 61 32727980

anced.dci@gmail.com

REDE RIO CRIANÇA - MARCIA GATTO

+ 55 21 25173315

rederiocrianca2001@gmail.com

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO - ANDRESSA PELLANDA

+ 55 11 31591243

andressa@campanhaeducacao.org.br

PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Daniela Fichino / Justiça Global



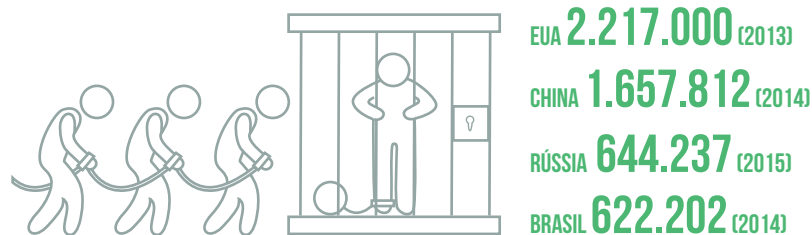
O Brasil tem a quarta maior população de presos do planeta, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, do Ministério da Justiça, divulgado em abril de 2016. São 622.202 detidos no país, colocando o Brasil atrás apenas dos Estados Unidos, Rússia e China. Mesmo na comparação com o total da população, o Brasil ocupa o quarto lugar em números de presos per capita, atrás da Tailândia (3o), Rússia (2o) e Estados Unidos (1o). Os números são ainda mais impressionantes ao se perceber como houve um aumento exponencial de detidos, saltando de 232 mil em 2000 para os atuais 622 mil, um crescimento de 167%. E o Estado do Rio é o terceiro em número de presos, com 39.321 pessoas, atrás de São Paulo (219.053) e Minas Gerais (61.286).

Para organizações de direitos humanos e boa parte da sociedade civil, o aumento do encarceramento, além de não resolver os problemas estruturais que causam a violência no país, também piorou a precária situação do sistema prisional. Essa posição também é defendida pela ONU em levantamento feito pelo relator especial contra tortura, Juan E. Méndez, divulgado em março deste ano: "O contínuo aumento da população carcerária, combinado à capacidade dos presídios de abrigar 376,7 mil detentos, criou um sistema marcado pela superlotação endêmica".

Além da superlotação, a ONU também confirmou as denúncias feitas seguidamente de que as violações de direitos humanos, no lugar de serem exceções, constituem a prática recorrente do sistema carcerário brasileiro. "As condições de detenção frequentemente remetem a tratamento cruel, desumano e degradante. A superlotação severa leva a condições caóticas nos presídios e impactos nas condições de vida dos presos e seu acesso a comida, água, defesa legal, assistência médica, apoio psicológico, oportunidades de educação e trabalho, assim como banho de sol, ar fresco e recreação", afirma o relator.

A ampliação da política de encarceramento chegou até mesmo aos megaeventos. Em 2012, o governo do Estado do Rio conseguiu um empréstimo de R\$ 2,9 bilhões do Banco do Brasil sob o argumento de que seria usado para obras essenciais para a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Entre essas "obras essenciais", quatro novas cadeias para o estado. O Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, ligado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, também divulgou o relatório "Megaeventos, Repressão e Privação de Liberdade no Rio de Janeiro", no qual divulgou que houve aumento expressivo no número de pessoas presas, de internações de adolescentes no sistema socioeducativo e de pessoas em situação de rua levadas para abrigos, nos períodos de preparação da cidade bem como durante a realização dos megaeventos que o Rio sediou nos últimos anos.

POPULAÇÃO CARCERÁRIA



FONTE: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA / DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

R\$ 2,9 BILHÕES

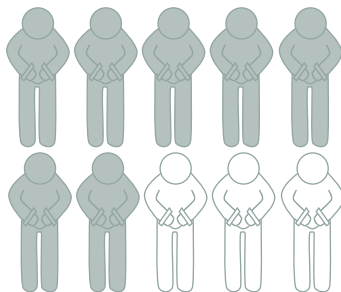
O governo do Estado do Rio conseguiu um empréstimo de R\$ 2,9 bilhões do Banco do Brasil sob o argumento de que seria usado para "obras essenciais" para a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016: entre elas, quatro novas cadeias para o estado.

O racismo também é evidenciado no sistema prisional. As pessoas autodeclaradas negras e pardas constituem 61,6% dos presos do país. De acordo com os dados do Censo 2010 do IBGE, 53,6% da população brasileira é negra ou parda. No Estado do Rio, isso é ainda mais evidente. Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que 71,6% dos presos é negro ou pardo.

Quando se fala de escolaridade, 75% dos presos só estudaram até o fim do ensino fundamental, e apenas 9,5% concluiu o ensino médio. Já na população brasileira, 32% terminaram o ensino médio, segundo o IBGE.

71%

No Estado do Rio de Janeiro, 71% dos presos é negro ou pardo.



SAIBA MAIS

“MEGAEVENTOS, REPRESSÃO E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO RIO DE JANEIRO”, RELATÓRIO DO MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO bit.ly/guia_mecanismo

DECLARAÇÃO DA ONU SOBRE TORTURA E RACISMO INSTITUCIONAL NOS PRESÍDIOS BRASILEIROS bit.ly/guia_onucondena

ESTUDO “A GEOGRAFIA DO ENCARCERAMENTO”, DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS bit.ly/guia_geografia

LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS http://bit.ly/guia_infopen

CONTATOS

JUSTIÇA GLOBAL

+ 55 21 25442320

contato@global.org.br

MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO

mecanismo.rj@gmail.com



MOBILIDADE URBANA



SISTEMA CICLOVIÁRIO_68



METRÔ_70



CORTE NAS LINHAS DE ÔNIBUS_74



OPERAÇÃO VERÃO_76

SISTEMA CICLOVIÁRIO

Fernando Frazão / Agência Brasil

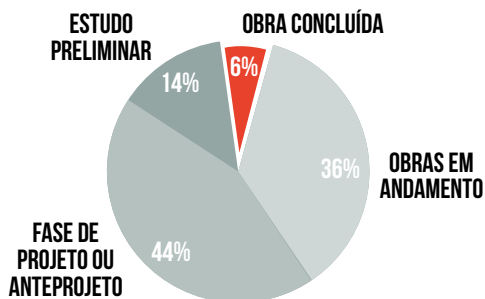


Um dos compromissos assumidos no Dossiê da candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, apresentado ao Comitê Olímpico Internacional em Janeiro de 2009, era o “desenvolvimento da rede de ciclovias da cidade para ligar as Zonas dos Jogos e, dentro de cada zona, as instalações dos Jogos” (p. 98). Tal ação era prevista no escopo de um plano de sustentabilidade de longo prazo, unindo tanto preocupações com relação à mobilidade, quanto com relação ao meio ambiente.

Em janeiro de 2016, a Prefeitura do Rio de Janeiro disponibilizou uma relação das ciclovias, ciclofaixas e faixas compartilhadas em implementação na cidade. Dos 270 quilômetros planejados, apenas 17,19 quilômetros haviam sido concluídos. Isso equivale a menos de 7% das obras planejadas do sistema cicloviário.

ESTÁGIO DAS OBRAS DO SISTEMA CICLOVIÁRIO

FONTE: MAPA DE PROJETOS CICLOVIÁRIOS 2015/2016 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE JANEIRO/2016



Dentre os projetos concluídos, encontrase a ciclovia construída sobre o rochedo de pedra da Avenida Niemeyer, que desabou no dia 21 de abril deste ano, matando duas pessoas. Planejada para conectar as orlas do Leblon e de São Conrado, a obra havia sido inaugurada apenas três meses antes. A gravidade do episódio gerou um alerta na comunidade internacional sobre a segurança das obras a serem concluídas para os Jogos. O percurso total da ciclovia da Avenida Niemeyer era de 3,9 quilômetros, e a obra custou 45 milhões de reais. A estrutura não aguentou o impacto das ondas, embora tenha sido construída em local que previsivelmente sofreria este tipo de impacto. Seis meses antes da inauguração, o Tribunal de Contas do Município já havia apontado falhas no projeto, entre trincas e depressões na pista da ciclovia da Avenida Niemeyer.

A obra foi executada pela empresa Concremat, em consórcio com a Concrejato. Esta mesma empresa assinou um contrato com a prefeitura no valor de R\$ 12 milhões para gerenciar sete obras olímpicas, e pertence à família do secretário de turismo do Rio de Janeiro.

Em um momento em que o país vive um escândalo e uma grande crise política associada aos esquemas de favorecimento envolvendo empreiteiras e políticos, a queda da ciclovia da Avenida Niemeyer surge como um trágico exemplo de processo licitatório de ligações escusas, que não deixou apenas prejuízos ao erário, mas causou diretamente a perda de duas vidas.

SAIBA MAIS

DOSSIÊ DA CANDIDATURA DO RIO DE JANEIRO bit.ly/guia_ciclovia1

PROJETO DE CICLOVIAS PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO bit.ly/guia_ciclovia2

CASO DA QUEDA DA CICLOVIA

“DEATHS ON COLLAPSED RIO DE JANEIRO BIKE PATH DEAL SAFETY BLOW TO OLYMPIC HOST”, THE GUARDIAN, 21/04/2016 bit.ly/guia_ciclovia3

“RIO DE JANEIRO BIKE PATH COLLAPSES, KILLING TWO AHEAD OF 2016 OLYMPIC GAMES”, THE INDEPENDENT, 22/04/2016 bit.ly/guia_ciclovia4

CONTATOS

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (IPPUR/UFRJ)

+ 55 21 39381950

comunicacao@observatoriodasmetroles.net

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO

comitepopulario@gmail.com



Na história da construção e expansão do metrô do Rio de Janeiro, as declarações entusiasmadas dos sucessivos governantes converteram-se quase sempre promessas não cumpridas. O traçado hoje existente nada mais é do que um arremedo dos projetos pensados para servir a cidade e a região metropolitana.

Atualmente, o metrô do Rio possui 36 estações em funcionamento e 41 km de extensão. O tamanho da malha metroviária da capital carioca equivale a quase metade do metrô de São Paulo, que possui 74,3 km de extensão e 65 estações. Comparando-se a outras cidades no mundo, como Paris ou Londres, a diferença alcança contornos surrealistas a capital francesa conta com 303 estações e 214 km e a inglesa com 270 estações e 402 km de malha metroviária. Os exemplos latinoamericanos também mostram a timidez no avanço dos projetos de expansão da malha carioca a cidade de Buenos Aires conta com 102 estações e 61 km de trilhos, e a Cidade do México com 226 km distribuídos entre 195 estações.

A construção da linha 4 do metrô, pensada no marco da preparação da cidade para os Jogos, foi cercada de insatisfação e protestos. O projeto original data dos anos 80, e previa um percurso ligando a Estação Carioca, no centro da cidade, à Estação Alvorada, na Barra, passando pelos bairros de Laranjeiras, Humaitá e Jardim Botânico. Esta configuração foi preterida por um percurso em linha reta ligando o bairro de Ipanema à Barra, tornando a linha 4, na prática, uma continuação da linha 1.

Considerado fundamental para esquema de transporte durante as Olimpíadas, o trajeto da linha 4 do metrô frustrou os especialistas em mobilidade urbana e também trouxe um grande rombo aos cofres públicos. Segundo o Tribunal de Contas do Estado, a sua construção custará ao governo estadual 21 vezes mais que o inicialmente previsto em contrato. O plano seria que a obra iniciasse em 1998 e fosse concluída em 2003, ainda seguindo o trajeto original, do Centro até a Barra da Tijuca. Ela custaria, então, aos cofres do Estado R\$ 392 milhões.

21 VEZES
MAIS QUE O
PREVISTO



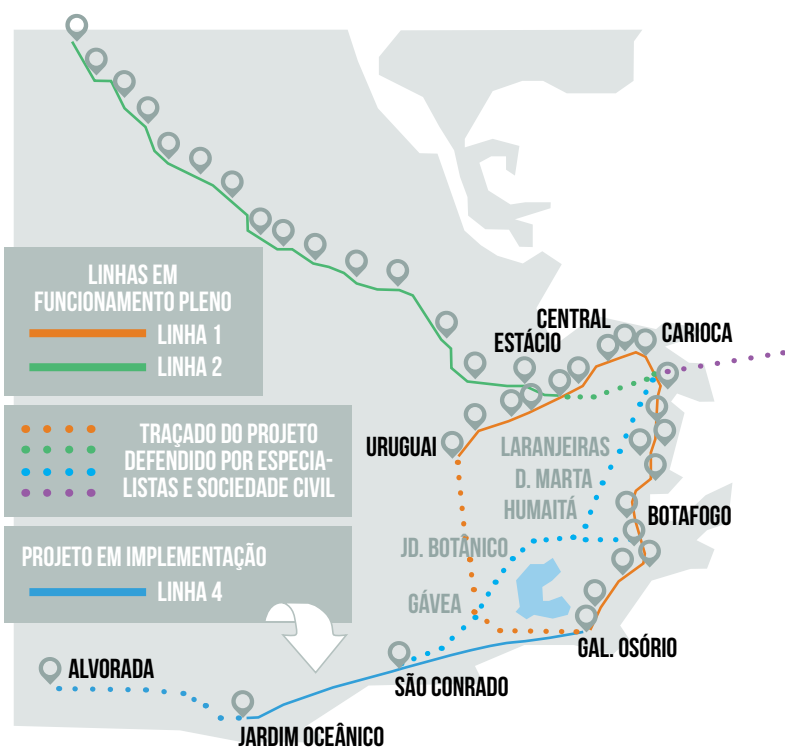
O projeto a esse custo não foi realizado, e só saiu do papel 12 anos mais tarde, após o Rio de Janeiro ser escolhido como sede das Olimpíadas. A celebração de aditivos contratuais elevou para R\$ 8,4 bilhões o aporte de recursos públicos na obra. Juntando o aporte público e privado, a linha 4 está hoje estimada em R\$ 9,77 bilhões, e ainda precisam ser levantados R\$ 989 milhões para concluir antes dos Jogos o trecho prometido para a Rio2016. Com a proximidade dos Jogos, há também o fator de risco de segurança, uma vez, caso a obra fique pronta, a linha 4 será usada para o megaevento sem passar por um período de testes, o que pode acabar tendo consequências graves para os usuários.

Sob a ótica da infraestrutura de mobilidade urbana, a extensão e trajeto escolhido mostram que, de fato, a preocupação com a realização dos Jogos ocorre em detrimento das escolhas que poderiam beneficiar a maior parte da população carioca. Conforme mencionado, o trajeto original da linha 4 não foi respeitado, escolhendo-se uma ligação em linha reta que faz da linha 4 a uma continuação de outra linha existente. O projeto original, que circundava a lagoa Rodrigo de Freitas pelo Jardim Botânico, era pensado para combinar com o projeto também engavetado de ampliação da linha 1. Nesta proposta, a linha 1 se tornaria uma linha circular, ligando a Gávea ao bairro da Tijuca.

Enquanto isso, o projeto da linha 3 do Metrô continua engavetado. Prevista pela primeira vez em 1968, a linha ligaria o centro do Rio de Janeiro ao município de Visconde de Itaboraí, passando por São Gonçalo e Niterói, cidades da região metropolitana que ficam do lado oposto da Baía da Guanaba-

ra. A construção da linha 3 foi uma promessa de campanha do atual governador Luiz Antonio Pezão (atualmente licenciado por problemas de saúde). Alegando falta de recursos, o governador chegou a propor a instalação de corredores de ônibus (BRT) ao invés do metrô, proposta duramente criticada por especialistas em mobilidade, que entendem que a demanda que o corredor de ônibus poderia atender passa longe da demanda efetiva das localidades a serem atendidas.

A expansão do metrô conta ainda com os projetos de construção das linhas 5 e 6, prometidas para os Jogos Panamericanos de 2007. A Linha 5 sairia da Ilha do Governador, passaria pelo Aeroporto Internacional, UFRJ, Rodoviária, Aeroporto Santos Dumont e chegaria à Estação Carioca, e a Linha 6 iria do Aeroporto Internacional ao Terminal Rodoviário através dos bairros da Leopoldina e da Zona Oeste. No plano de preparação da cidade para as olimpíadas, esses trajetos se tornaram corredores de ônibus.



Considerado fundamental para esquema de transporte durante as Olimpíadas, o trajeto da linha 4 do metrô frustrou os especialistas em mobilidade urbana e também trouxe um grande rombo aos cofres públicos.

SAIBA MAIS

EXTENSÃO DO METRÔ NAS CIDADES BRASILEIRAS (KM)

bit.ly/guia_metro1

“METRÔ CARIOCA CUSTARÁ AO GOVERNO 21 VEZES MAIS QUE O PREVISTO, DIZ TCE”, UOL, 24/06/2016 bit.ly/guia_metro2

“LINHA 3 DO METRÔ: UM SONHO QUE DESAFIA GERAÇÕES”, FÓRUM RIO, 03/09/2016 bit.ly/guia_metro3

“SONHO DA LINHA 3 DO METRÔ MAIS DISTANTE”, O DIA, 12/03/2015 bit.ly/guia_metro4

MOVIMENTO “O METRÔ QUE O RIO PRECISA”

www.metrolinha4queorioprecisa.com.br

BLOG “METRÔ DO RIO”

metrotorio.blogspot.com.br

CONTATOS

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (IAB) - NICOLAS BRAGA

+55 21 25574480 / 25574192
nicolas.braga@outlook.com.br

MOVIMENTO O METRÔ QUE O RIO PRECISA - ATÍLIO FLEGNER

atilio1200@hotmail.com

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO

comitepopulario@gmail.com

CORTE NAS LINHAS DE ÔNIBUS

Fernando Frazão / Agência Brasil



Em outubro de 2015, a Prefeitura do Rio de Janeiro iniciou um processo de cortes e alterações nas linhas de ônibus que circulam na cidade. Divulgada sob o eufemismo da “racionalização” do sistema de transporte, as mudanças foram implementadas em duas fases, e concluídas ao final de fevereiro de 2016. Ao todo, 50 linhas foram cortadas, 26 foram modificadas, e 21 foram criadas, alterando de maneira brutal o modo de deslocamento na cidade.

Os cortes e alterações tem sido alvo de críticas generalizadas. Pontos de ônibus cheios revelam a longa espera por baldeações trajetos antes servidos por uma linha precisam agora de dois ou três ônibus para serem completados. A falta de informação tem sido também uma dura rotina com a qual cariocas passaram a conviver cotidianamente. Tanto a Prefeitura quanto as empresas concessionárias falharam sistematicamente na divulgação dos cortes e novas rotas, causando uma confusão generalizada que não poupou sequer os motoristas e cobradores, que não sabem mais informar as rotas aos passageiros.

Pesquisadores tem salientado que este processo de pretensa “racionalização” das linhas de ônibus não segue um planejamento de demanda conforme as necessidades da população. Ao contrário, ele tem sido feito de modo a beneficiar as empresas concessionárias. No modelo atual, a concessão de linhas em uma região é feita a uma empresa, o que implica em reti-

rar de jogo a competitividade. Do ponto de vista empresarial, linhas que circulam por determinadas regiões da cidade, ou em determinados horários, são pouco lucrativas um raciocínio que atenta diretamente contra o interesse público e os direitos da população.

Esse estado caótico das linhas de ônibus também tem sido evidenciado como uma política excludente, voltada ao insulamento de áreas nobres da cidade, dificultando o acesso de moradores do subúrbio. Grupos de jovens da Zona Oeste tem se mobilizado para denunciar que as mudanças não ocorrem em benefício dos moradores da região, a primeira a sofrer a racionalização da prefeitura, com corte de linhas após a instalação do Bus Rapid Transport (BRT). Cansados da situação, jovens criaram o coletivo “Ônibus me Pega!”, após realizar diversas oficinas nas escolas públicas da região. A campanha foi lançada em uma atividade na rodoviária de Campo Grande, em 2014.

Os cortes nas linhas de ônibus vêm acompanhados de uma escalada progressiva dos preços das tarifas. Em janeiro de 2015, a tarifa passou de R\$ 3,00 para R\$ 3,40. Um ano depois, novo reajuste alçou o preço da tarifa aos atuais R\$ 3,80. De 2009 ano em que Eduardo Paes assumiu a 2015, os preços das passagens subiram 54,54%, com os reajustes sendo 38,6% superiores à inflação acumulada do período, de 39,34%, segundo os cálculos do economista Gilberto Braga.



SAIBA MAIS

“APÓS 5 MESES, USUÁRIOS REPROVAM RACIONALIZAÇÃO DE ÔNIBUS NO RIO”, G1, 03/03/2016 bit.ly/guia_onibus1

MATELA, IGOR. TRANSIÇÃO REGULATÓRIA NO TRANSPORTE POR ÔNIBUS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014 bit.ly/guia_onibus2

“TARIFA DE ÔNIBUS SUBIU 38% MAIS QUE A INFLAÇÃO DESDE O INÍCIO DO GOVERNO PAES”, DO JORNAL O GLOBO, 03/01/2015 bit.ly/guia_onibus3

CONTATOS

IGOR MATELA
igormatela@gmail.com

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO
comitepopulario@gmail.com

OPERAÇÃO VERÃO

Fernando Frazão / Agência Brasil



O direito de deslocarse pela cidade é também um pressuposto do direito ao lazer. O transporte público efetivo e de qualidade não deve existir apenas para garantir o acesso do trabalhador a seu local de trabalho, mas também para servir à população em suas horas de descanso. No Rio de Janeiro, a concentração desigual dos equipamentos públicos e privados de cultura impõe a grande parte dos moradores da cidade uma longa jornada de deslocamento em suas horas de lazer. Do mesmo modo, o acesso às praias banháveis implica o deslocamento até as áreas nobres da cidade notadamente, a Zona Sul e a Barra da Tijuca.

A praia, no imaginário construído sobre a cidade, é comumente descrita como um lugar de "encontro", de convivência "democrática" entre diferentes grupos sociais. Mas a experiência empírica acaba por desmontar esse mito sobre a cidade "maravilhosa". Entre setembro de 2015 e março de 2016, a polícia militar do Estado do Rio de Janeiro montou um esquema especial de policiamento nas praias da cidade e em seus acessos, denominado "Operação Verão". A experiência não é nova ao contrário, costuma ser reatualizada a cada verão, quando há expressivo aumento do número de turistas, sob o pretexto de conferir segurança à população.

A Operação Verão contou com um efetivo de 700 agentes, que faziam o policiamento aos fins de semana e feriados, segundo informações do Governo do Estado. O esquema contava

ainda com um helicóptero, utilizado para captar e transmitir imagens a grandes distâncias, e com um centro de comando móvel. Todo esse aparato revela, na verdade, um grande esquema de controle social que opera ações racistas e sectárias contra a juventude moradora de áreas mais pobres da cidade.

As abordagens, muitas das vezes, eram feitas em bloqueios policiais montados no trajeto entre as favelas e periferias até as praias da Zona Sul. Jovens negros, muitos menores de idade, eram retirados dos ônibus e impedidos de chegarem às praias, apreendidos pela polícia com as justificativas mais torpes estavam descalços, sem camisa, ou sem dinheiro. A apreensão em massa de jovens tornou-se uma rotina nos finais de semana da cidade, e levou a defensoria pública a impetrar um habeas corpus para impedir a apreensão de crianças e adolescentes, salvo em casos previstos em lei. Segundo a defensoria, havia uma franca ilegalidade nessa prática de "advinhação" das pessoas que poderiam cometer delitos, o que evidenciava, na verdade, uma prática segregatória e racista.



SAIBA MAIS

"OPERAÇÃO VERÃO REFORÇOU SEGURANÇA NAS PRAIAS DO RIO DE JANEIRO", GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 07/04/2016 http://bit.ly/guia_opverao1

"PEZÃO DIZ QUE RETIRADA DE JOVENS DE ÔNIBUS É PARA IMPEDIR CRIMES NAS PRAIAS", EBC, 24/08/2015 bit.ly/guia_opverao2

CONTATOS

DEFENSORIA PÚBLICA

+ 55 21 23320939 / 23326043
imprensa.defensoriarj@gmail.com

GRESS - CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RJ

+ 55 21 25247859 / 25247758 / 25247841
comunicacao@cressrj.org.br

REDE RIO CRIANÇA - MARCIA GATTO

+ 55 21 25173315
rederiocrianca2001@gmail.com



LEGISLAÇÃO DE EXCEÇÃO



LEI GERAL DA OLIMPÍADAS_79



LEI ANTITERRORISMO_81

LEI GERAL DA OLIMPÍADA

Mario Campagnani / Justiça Global



Megaeventos como Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, dada sua repercussão global, costumam ser acompanhados por iniciativas governamentais que criam leis específicas para regulamentar atividades durante sua realização. Em muitos casos, porém, tais normas levam à violação de direitos fundamentais e sociais consagrados. Exemplo claro disso é a aprovação, da mesma forma como ocorreu anteriormente na Copa do Mundo de 2014, da Lei Geral das Olimpíadas (Lei 13.284 de 2016).

A lei restringe diversos direitos, como a liberdade de expressão. Há alguns artigos no texto da lei que limitam os tipos de manifestação que podem ser realizadas nos espaços oficiais dos jogos – bandeiras e cartazes, por exemplo, não podem conter “mensagens ofensivas” e devem ter como único intuito a manifestação “festiva e amigável” (Capítulo IV).

A determinação prévia de conteúdos permitidos e proibidos é uma clara limitação a protestos e a livre manifestação de ideias e opiniões. Isso é especialmente preocupante pois sabese que a ocorrência de megaeventos no Brasil não é de aceitação unânime pela população e o direito constitucional à liberdade de expressão deve ser garantido em qualquer situação, não podendo as entidades organizadoras se blindar de críticas por este meio ou impedir que o espaço público seja

utilizado para manifestações de toda natureza.

Além disso, a lei também condena a utilização de todos os símbolos oficiais da competição por parte de cidadãos, impondo desde multas até punições penais. Neste conjunto de artigos, são puníveis com prisão de até um ano a produção e distribuição de produtos que reproduzam símbolos oficiais da competição, mas também a mera modificação de qualquer símbolo, ainda que seu objetivo seja, por exemplo, a realização de uma paródia (Seção V). Percebase, além de nova violação à liberdade de expressão, também ataques aos direitos dos trabalhadores autônomos sobre o exercício de suas atividades.

Além dos pontos brevemente mencionados, há outros elementos preocupantes no texto, como o fechamento de áreas públicas para circulação exclusiva de pessoas credenciadas (o que afeta o direito de ir e vir da população), a restrição do direito de captar imagens e sons, (o que interfere na liberdade de imprensa), dentre outros.

Violações a direitos humanos durante preparativos de megaventos são ocorrências infelizmente comuns – vide as milhares de famílias que perderam suas casas – e amplamente criticadas por movimentos sociais e ativistas. A lei aprovada no Congresso e sancionada por Dilma Rousseff demonstra que tais violações estendem-se para o momento da realização das Olimpíadas na forma de desrespeito a diversos direitos do cidadão, como a livre expressão crítica e artística, a liberdade de locomoção, os direitos relativos ao trabalho, entre outros.

SAIBA MAIS

LEI GERAL DAS OLIMPÍADAS

http://bit.ly/guia_leigeraldasolimpiadas

CONTATOS

JUSTIÇA GLOBAL

+ 55 21 25442320

contato@global.org.br

ARTIGO 19

+ 55 21 3057 0042

camila@article19.org

joao@article19.org

LEI ANTITERRORISMO

Tomaz Silva / Agência Brasil



Entre os preparativos legislativos para os Jogos, o Estado acabou aprovando a Lei 13.260 de 2016, a chamada "Lei Anti-terror" que institui o crime de "terrorismo" e delitos colaterais. Conforme denunciado por movimentos e organizações como a Justiça Global, a ARTIGO 19 e o Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH) todas as ações proibidas pela lei já encontravam tipificação legal nos dispositivos da inflada legislação brasileira, que conta com mais de 1.600 tipos penais.

Em linhas gerais, o crime de terrorismo (art.2o) exige três elementos para sua configuração, dois de natureza subjetiva e um de cunho objetivo: a) razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião; b) finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública; c) cometimento de ao menos uma das ações previstas nos incisos I, IV e V (art.2o), que totalizam, pelo menos, setenta e oito ações proibidas.

É uma conduta prevista no crime de terrorismo, por exemplo, o simples porte de meios capazes de causar danos. Uma conduta absolutamente genérica que pode ser punida com pena de 12 a 30 anos de reclusão, isto é, a mesma prevista para o homicídio doloso qualificado. Trata-se, portanto, de uma evidente violação aos princípios constitucionais da legalidade

estrita, da lesividade e da proporcionalidade.

Após muitos protestos, o texto da lei foi modificado antes da aprovação, com a retirada dos termos “política”, “extremismo político” e “ideologia” das razões para cometimento dos atos de terrorismo, o que reduz o risco de criminalização de movimentos sociais, sem contudo torná-lo desprezível. O potencial caráter intimidatório da lei permanece, uma vez que autoridades policiais e judiciais poderão fazer interpretações ampliadas.

A partir da aprovação da lei, o Brasil passou a criminalizar uma série de condutas as quais podese atribuir de forma arbitrária o “rótulo” de “terroristas”. Com isso, perdem os movimentos sociais, perdem os direitos humanos, e, no limite, perde toda a sociedade.



SAIBA MAIS

LEI 13.260, A LEI ANTITERROR
http://bit.ly/guia_leiantiterror

CONTATOS

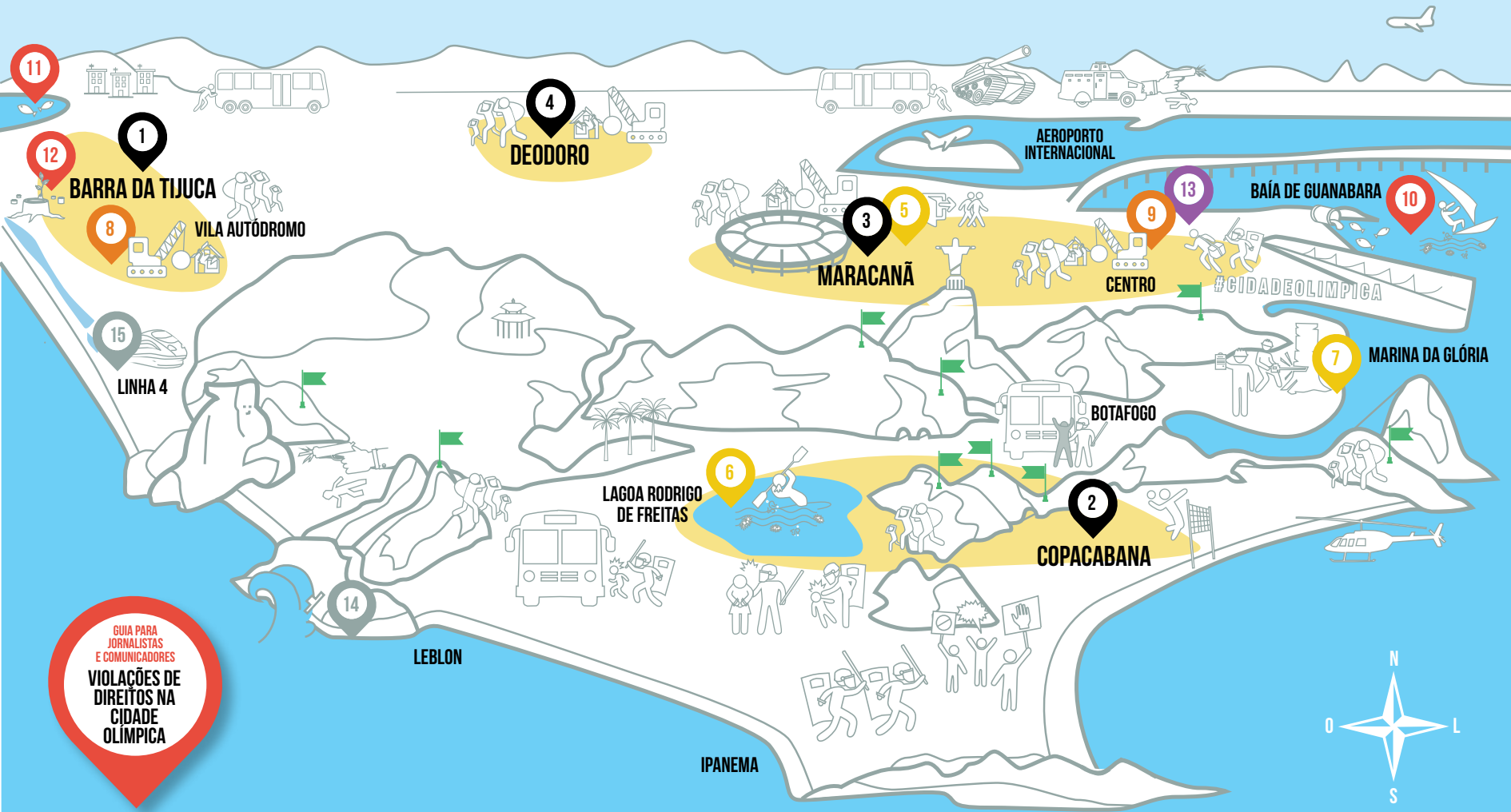
JUSTIÇA GLOBAL
+ 55 21 25442320
contato@global.org.br

ARTIGO 19
+ 55 21 3057 0042
camila@article19.org
joao@article19.org

DDH - INSTITUTO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS
institutoddh@gmail.com



MAPA ILUSTRADO



GUIA PARA JORNALISTAS E COMUNICADORES
VIOLAÇÕES DE DIREITOS NA CIDADE OLÍMPICA

MAPA ILUSTRADO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DA CIDADE OLÍMPICA

1 2 3 4 INSTALAÇÕES OLÍMPICAS

- 5 O ESTÁDIO MARACANÃ
- 8 VILA AUTÓDROMO
- 13 PORTO MARAVILHA
- 6 O ESTÁDIO DE ATLETISMO CÉLIO DE BARROS
- 9 MORRO DA PROVIDÊNCIA E CENTRO
- 14 SISTEMA CICLOVIÁRIO
- 7 PARQUE AQUÁTICO JÚLIO DELAMARE
- 10 BAÍA DE GUANABARA
- 15 METRÔ
- 6 LAGOA RODRIGO DE FREITAS E O ESTÁDIO DE REMO
- 11 TKCSA E A BAÍA DE SEPETIBA
- 7 A MARINA DA GLÓRIA
- 12 CAMPO DE GOLFE
- 13 #CIDADEOLÍMPICA

CONTROLE MILITAR DO TERRITÓRIO



